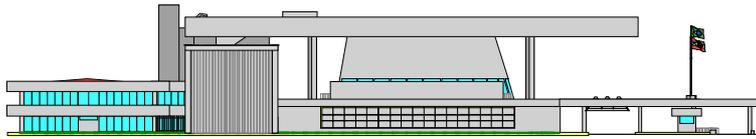


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 23 DE AGOSTO DE 2011

NÚMERO 6.321

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Chereim

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Dado Chereim - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Chereim
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Ângela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Chereim

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
Dado Chereim

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2321 EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 074ª Sessão Ordinária realizada em 18/08/2011 2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa DL..... 13</p> <p>Publicações Diversas Atas da Procuradoria..... 13 Atas de Comissões Permanentes..... 14 Aviso de Licitação 15 Aviso de Resultado 15 Ofícios..... 15 Portarias..... 15 Projetos de Lei 16 Redações Finais 19</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 074ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Carlos Chiodini - Dado Chereim - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se à queda de mais um ministro e às operações da Polícia Federal.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Questiona o Deputadômetro.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se à venda das ações da Casan.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Aborda o projeto Paternidade Responsável; refere-se ao site da Facisc.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Elizeu Mattos.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (pela ordem) - Informa a chegada do embaixador do Brasil junto ao Mercosul.

Partidos Políticos

DEPUTADO DADO CHEREM - Registra sensibilidade do governador com o Hospital Marieta Konder Bornhausen; reporta-se à construção do centro de eventos de Balneário Camboriú.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Anuncia o início do programa de bolsas de estudo no exterior do nosso governo federal.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Aborda a corrupção nos órgãos ambientais.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Registra a edição n. 5.000 do *Diário do Sul*, de Tubarão; manifesta solidariedade ao prefeito Hilário Zen.

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI (aparte) - Cumprimenta o deputado Joares Ponticelli pelo registro.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Cumprimenta o deputado Joares Ponticelli homenagem ao *Diário do Sul*.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (aparte) - Cumprimenta o deputado Joares Ponticelli pelo registro.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Critica corte de AIHs pelo governo federal; elogia a presidente Dilma Rousseff pela decisão da criação de um campus da UFSC no vale do Itajaí; crítica a divergência entre as Polícias Civil e Militar.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Congratula-se com o deputado Darci de Matos.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Congratula-se com o deputado Darci de Matos.

Explicação Pessoal

DEPUTADO RENO CARAMORI - Manifesta-se a respeito do 2º Leilão da Fazenda Volta Grande.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Reporta-se à última greve do Magistério.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Manifesta-se a respeito das cirurgias eletivas represadas; reporta-se à Casan.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (aparte) - Cumprimenta o deputado Valmir Comin; registra convite para audiência pública em Araranguá.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Cumprimenta o prefeito Vanderlei Alexandre, de Forquilha.

DEPUTADO VALMIR COMIN (pela ordem) - Cumprimenta os prefeitos Vanderlei Alexandre e Douglas Gleen Warmling e o deputado federal Rogério Mendonça.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Faz um balanço de sua viagem a Minas Gerais; solicita providências para rituais indígenas criminosos.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Faz um balanço de sua ida a Brasília; aborda os problemas da Segurança Pública.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Congratula-se com o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à Assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar, em primeiro lugar, o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, sr. deputado Moacir Sopelsa, companheiros desta Casa, daqui a 15 minutos, 20 minutos teremos uma palestra com o embaixador do Uruguai sobre a questão do Mercosul, mostrando o papel integrador, interativo que tem esta Assembleia Legislativa. Então, parte dos deputados e eu mesmo vamos dirigir para esse evento.

Quero parabenizar o presidente, deputado Gelson Merisio, por mais uma medida efetiva de transparência nesta Casa, por mais uma medida que leva à correção de distorções existentes.

Os jomais de hoje noticiam que o deputado Gelson Merisio vai desencadear a Operação Caça aos Fantasmas desta Casa, como está sendo denominada medida saneadora que será implantada pelo nosso presidente.

É verdade, sim, que há servidores que nem sempre os deputados conseguem ter clareza de onde e como estão e por isso a minha posição de que seja colocada no Portal da Transparência a listagem dos funcionários desta Casa, para que a sociedade saiba onde estão essas figuras que mal aparecem aqui. Além disso, os funcionários de responsabilidade de cada gabinete já constam do Portal da Transparência, mas existe um contingente de servidores que mal aparece e daí a decisão da Presidência da Casa de, com muita clareza e tranquilidade, passar um pente fino nessa questão.

Parece-me, srs. deputados, que nessa semana deverá ser veiculada pela imprensa matéria avaliando esse tipo de conteúdo, o que é muito importante do ponto de vista da imprensa, à medida que ela pauta, e com razão, a Assembleia Legislativa. Assim, só nos resta corrigir os caminhos errados.

Por isso, quero parabenizar o deputado Gelson Merisio, presidente desta Casa, que no Deputadômetro de ontem, deputado Moacir Sopelsa, também, juntamente comigo, não tem a melhor das classificações, mas, no entanto, tem feito um belíssimo trabalho na coordenação das ações da Assembleia Legislativa.

É lógico que à medida que a imprensa traz essa matéria de forma clara e pública, sem espetacularização, esperamos que correções fossem feitas.

É importante dizer também que mais um ministro caiu, deputado Neodi Saretta, agora da Agricultura, do PMDB. Então, já caiu do PT, do PMDB. E vemos que a nossa presidente Dilma Rousseff está sendo uma figura ímpar, implacável, na condição de governo. Na medida em que apareceu uma série de denúncias no ministério da Agricultura, denúncias com conteúdos inexplicáveis, e quando há explicação temos ter a certeza de que é possível corrigir, mas quando não há explicações, a nossa presidente claramente toma posição. Mas não restava alternativa ao ministro da Agricultura a não ser pedir demissão. E logicamente que ela deu todo o tempo possível para explicações.

Já foi indicado o novo ministro pelo PMDB, o líder do governo na Câmara dos Deputados, que é do Rio Grande do Sul. Figura com condições plenas de tocar o ministério e, principalmente, fazer a política agrícola que tem que ser executada neste país.

A presidente Dilma Rousseff, com sua lucidez, discrição, sem balbúrdias, sem manifestações, tem feito o que as pesquisas têm demonstrado, ou seja, as três pesquisas da semana passada mostraram claramente um índice de aprovação em torno de 68% a 78% para a presidente. Portanto, como deputado estadual do PT quero cumprimentar e principalmente parabenizar a nossa presidente.

Ontem também vimos uma grande operação da Polícia Federal prendendo sonegadores, deputado Moacir Sopelsa. Aprenderam na Bahia máquinas, caminhões, casas e imóveis, um conjunto de sonegadores de aproximadamente 300 empresas, tendo, inclusive, empresas em Santa Catarina, porque também aqui houve prisões.

Uma operação da Polícia Federal que iniciou já em 2009 e veio configurar-se ontem, Operação Alquimia, mostrou que foram dois anos de investigação, dois anos de aprofundamento para que não se cometessem delitos no encaminhamento disso, mostrando que a Polícia Federal tem atuado desde as apurações de questões da vida pública do país como também nas questões de empresas privadas.

Então, também temos que parabenizar a Polícia Federal por mais essa ação, somente lembrando que antes do nosso presidente Lula sequer havia combustível para a Polícia Federal atuar. E na medida em que se descobre tudo isso, com a sonegação de mais de R\$ 1 bilhão nos últimos três anos, percebe-se que o país está tomando o seu devido rumo, o seu devido caminho.

Portanto, meus cumprimentos à nossa presidente. Tenho clareza de que o país continua firme e sólido na condução de uma política econômica inclusiva, uma política econômica que permite o desenvolvimento social com sustentabilidade.

Sr. presidente, quero fazer o registro de que na semana que vem não estarei presente neste plenário, porque farei uma viagem internacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, público aqui presente nesta sessão da manhã de quinta-feira, telespectadores da TV Assembleia e ouvintes da Rádio Alesc Digital, por mais que não seja intenção, e até que eu me constranja, e detesto fazer isso, vou iniciar o meu pronunciamento falando novamente do tal Deputadômetro. Aliás, o termo é infeliz. Se a intenção é legítima, legal e possível, porque interessa e é direito do conjunto da população saber o que fazem não só os deputados, mas todos os gestores públicos do estado de todos os poderes, de todos os órgãos, de todas as instituições públicas... Inclusive, deputado Moacir Sopelsa e demais deputados, interessa à sociedade e é de domínio e de interesse público saber o que fazem também os empresários. A atividade econômico-administrativa dos empresários, a pessoa jurídica dos empresários, deve, e precisa ser de domínio do conjunto da sociedade.

Portanto, não nos devemos insurgir contra a ideia, a vontade e a legitimidade que existe. Devemos requerer que se tenha o mesmo procedimento com relação aos outros poderes, aos outros órgãos e à atividade econômica e administrativa do mundo empresarial também, porque o futuro da humanidade está lá. O trabalho, a produção e a riqueza da sociedade estão sendo geridos por esses senhores e essas senhoras. Portanto, é preciso que eles também prestem contas das suas atividades, das suas medidas, das suas iniciativas.

No entanto, para se levar em consideração uma intenção como essa - e com outro nome, porque Deputadômetro é pejorativo e tem uma intenção específica sobre um poder, esquecendo os demais -, deveriam constar outros critérios como, por exemplo, reuniões da Mesa Diretora, sessão que cada membro da Mesa Diretora presidiu, presidência de comissão, número de pronunciamentos. Esses dados não constam lá. Eu achei que constavam e por isso o meu desempenho pelo número de pronunciamentos. Mas não constam. O que consta lá é a presença na sessão. O número de pronunciamentos não consta, porque senão eu estaria mais adiante, deputado Elizeu Mattos. E, por sorte, deixei de ir a uma audiência pública. Se eu tivesse, até a data de ontem, ido a uma audiência pública a mais, daria 171. Ainda bem que num daqueles dias em que havia a audiência pública não pude ir, porque senão seria outro constrangimento.

Constando isso, os critérios são objetivos. E como se consegue isso? Evidentemente participando de cinco comissões e estando presente praticamente em todas as sessões, neste ano, no plenário.

Todas as terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras, levantando antes das 6h, saindo de casa antes das 7h, indo dormir, sempre, depois da meia-noite... Alguém me cobrou por que eu disse que todo deputado trabalha mais que 100h por semana? Alguns podem perguntar: mas vocês têm hora, deputado? A semana tem 168 horas. Provavelmente, todos os deputados, em algumas semanas, pelo menos, fazem mais do que isso, se fomos contar todas as atividades feitas em função de ser deputado, porque os eventos que eu compareço, por exemplo, não é devido ao fato de ser quem sou, o deputado Sargento Amauri Soares, mas, sim, pelo fato de ser deputado. Inclusive, em alguns casos, apenas somos convidados porque somos deputados.

Na legislatura anterior, um colega deputado, que não é da minha área filosófica, digamos assim, referiu-se aos convites para ser paraninfo. Evidentemente, não citarei o seu nome, mas ele falou sobre os convites para ser paraninfo de formatura. E ele disse o seguinte: "Olha, o difícil é que não basta ser convidado, ser mordido, porque o convite sempre vem acompanhado de um pedido, de uma ajuda financeira para a formatura - e daria para fazer um debate inteiro sobre essa questão, sobre as ajudas financeiras e as mordidas que o deputado recebe toda hora aqui nesta Casa ou fora daqui -, é que ainda temos que ir." Essa foi a expressão de um colega, que não vou citar o nome aqui, expressando-se a respeito do trabalho de um deputado, que na maioria das semanas, passa, sim, de 100h. Dormimos umas 40h, sobram vinte e poucas horas para a família e para se alimentar. E essa é a realidade. O que não tem sido mensurado nem sei se dá: ouvir as bases, fazer reuniões, receber entidades e pessoas no gabinete, estudar projetos, pois gastamos muito tempo

fazendo isso, tanto o deputado quanto a equipe do gabinete, estudar assuntos de interesse da base social, de interesse da sociedade. Isso não dá para mensurar, não é possível mensurar. E se concordo com a Operação Caça-Fantasmas, é preciso entender que quem está fazendo esse tipo de estudo não pode nem é conveniente que fique batendo ponto num determinado local, porque ele vai produzir, principalmente, de madrugada, em silêncio, estudando.

Então, essas coisas precisam ser levadas em consideração. Particularmente, tenho visitado neste ano pouco as bases e, por certo, muitos companheiros cobram: "Deputado, v.exa. tem que estar mais presente." "Deputado, o senhor tem que vir ao nosso quartel." Mas o "caxião", no sentido de ser "Caxias", o "Caxiando" Soares, está aqui, em plenário, correndo de uma sala de reunião para outra, todas as terças, quartas e quintas-feiras, e correndo o estado em audiências públicas, às segundas-feiras e às sextas-feiras, geralmente, mas nos outros dias também temos audiências, temos que correr o estado afora, ir a eventos aos sábados e domingos, do tipo paraninfo. Esses convites nos deixam honrados, mas algumas vezes percebemos que o objetivo é apenas a mordida.

É claro que precisamos discutir toda a democracia representativa e o conjunto dessa questão. Gostaria de esclarecer, também, que ontem, quando me referi aos deputados malandros, quis falar no sentido de ser preguiçoso, vadio, porque se entendermos malandro no sentido da malandragem política, daí há bastante, mas no sentido do preguiçoso continuo confirmando que não há nenhum aqui, porque não conseguiria milhares de adesões para estar aqui.

Portanto, não obstante essas observações considero legítimo o interesse da Facisc ou de qualquer entidade, de qualquer setor da sociedade, de qualquer vivente dessa sociedade catarinense, de saber o que os deputados estão fazendo. E não é só porque a Facisc fez isso que devemos nos preocupar com a sonegação fiscal no estado de Santa Catarina. Se a Facisc quer nos investigar, vamos investigá-la também. Não que eu ache que esteja errada, não é essa lógica. Acho que precisamos investigar porque essa é uma obrigação do deputado. É dever do deputado saber e discutir isso. E até vou informar para não se imaginar depois que foi em virtude do Deputadômetro que tomamos essa iniciativa.

No começo do mês de junho aprovamos nesta Casa, e o nosso mandato teve essa iniciativa, um pedido de informação à secretária da Fazenda, deputado Silvio Dreveck, de quanto é e quais são os 100 principais devedores do Fisco estadual. A secretária da Fazenda respondeu que não pode responder. Disse apenas o valor que existe de dívida com o Fisco estadual, quanto que se deve, qual é o tamanho da sonegação fiscal do estado de Santa Catarina. O valor é de R\$ 2.921 bilhões.

Então, a sonegação fiscal no estado de Santa Catarina é de R\$ 2.921.637,67. No entanto, a secretária informa que não pode citar os 100 maiores devedores, porque a Lei Complementar n. 0313/2005 veda a divulgação de órgão de comunicação social.

Deputado não é órgão de comunicação social, a Assembleia também não; portanto, temos que informar.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - O próximo inscrito é o deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

V.Exa. hoje tem um compromisso sério na sua terra. E se Deus quiser estaremos acompanhando v.exa. e prestigiando o povo de São Bento do Sul.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente. A sua presença na sessão solene de hoje à noite será uma honra para o nosso município. Certamente, todos que estão lá acolherão v.exa. com muita alegria e satisfação ao mesmo tempo. Até mesmo porque será um momento especial em que homenagearemos a empresa Buddemeyer, que fará no dia de amanhã 60 anos de história e construção; uma empresa que está consolidada exportando para mais de 30 países, empregando mais de 1.100 colaboradores e que tem na sua filosofia como o maior patrimônio os seus colaboradores.

Portanto, deputado Reno Caramori, v.exa. será bem recebido em São Bento do Sul, assim como os demais colegas deputados. Certamente aqueles que puderem comparecer serão bem recebidos em nossa cidade.

Sr. presidente, srs. deputados, quero me manifestar a respeito do projeto de lei que permite, após a aprovação, e se for rejeitado não vai permitir, a venda das ações da Casan. Na minha avaliação, pelo menos, isso vai permitir que a Casan, uma prestadora de serviços, possa renovar um pouco as suas energias e, ao mesmo tempo, oportunizar a capacitação de recursos para investimentos em favor da população catarinense.

Ouvi atentamente várias manifestações e quero aqui fazer uma reflexão sobre a relevância do serviço de água, em especial do esgoto e do seu destino final, ou seja, o tratamento.

Quero dizer que não vejo por que os colaboradores, os servidores da Casan se preocuparem com essa negociação das ações. Primeiramente, porque a empresa permanecerá pública, tendo mais de 50% do capital. Em segundo lugar, a Casan, com mais de 40 anos, deputado Reno Caramori, está perdendo, nos últimos anos, os contratos, ou seja, os convênios com os municípios, a exemplo do que aconteceu com Joinville e tantos outros municípios. E esses municípios têm dado uma demonstração clara de que com essa desvinculação estão conseguindo investir em esgoto e no seu destino final.

Portanto, é uma empresa que vem agonizando praticamente há muitos anos, sem recursos para investir. Ao mesmo tempo, ouvimos e falamos a respeito de Santa Catarina, da nossa economia, da nossa cultura, das nossas belezas naturais, do poder aquisitivo da população catarinense, um estado que era exportador e que agora passou a ser importador. De qualquer modo, é um estado que se tem destacado no cenário brasileiro e internacional pela sua economia, pelo seu povo.

Nós, gestores políticos, não podemos admitir, como a sociedade não pode aceitar, que depois de 40 anos a população seja atendida apenas, em média, em 13% de esgotamento sanitário e destino final desse esgoto. Ora, qualidade de vida é um conjunto de obras e serviços públicos que levam a pessoa, o cidadão, a ter uma vida melhor.

Ouvimos todos os dias, deputado Reno Caramori, que preside esta sessão, que temos que proteger o meio ambiente, porque senão a população correrá o risco de não sobreviver. Pode ser que parcialmente isso tenha fundamento. E é importante proteger o meio ambiente, é importante existir a lei que determine que não se pode fazer exploração de qualquer atividade à margem de rios, riachos,

baías e assim por diante. Mas do que adiante fazemos leis que não se possa explorar economicamente, muitas vezes até para a sobrevivência? Muitas vezes a lei não permite a um agricultor cortar uma árvore para fazer a sua própria lenha, para aquecer a sua família, num inverno rigoroso como o deste ano.

O esgoto que é produzido pela população está indo para as redes pluviais, por consequência, para os nossos rios, riachos, mangues, praias. Então, precisamos proteger a água que certamente um dia ainda terá um valor muito maior do que lhe estamos dando hoje.

Não podemos ficar em silêncio. Em 40 anos a Casan conseguiu, juntamente com outras autarquias municipais, fazer a média - e neste caso são números que a Casan nos forneceu - de apenas 13% de serviços de esgotamento sanitário neste estado. Se levamos em consideração essa média, vamos levar mais 300 anos para atender a toda a população urbana do estado.

Não podemos permitir isso. É necessário fazer algo. O pior é deixar como está e não tomar nenhuma atitude. Portanto, acredito e estou convencido de que o governo não poderia ficar omissivo; por isso, tomou uma iniciativa tentando resolver um problema da sociedade catarinense.

Não podemos pensar apenas em um percentual mínimo de pessoas, mas, sim, em toda a população catarinense, naquelas famílias que não têm poder aquisitivo, que moram nos bairros mais distantes de cada município, que estão com esgoto a céu aberto, onde as doenças proliferam. Temos que refletir a respeito desse projeto na defesa do povo catarinense, respeitando cada um. Precisamos debater esse assunto com responsabilidade e com o compromisso de fazer o que é melhor para o catarinense. E não tenho dúvida de que o melhor para a população catarinense é fazer com que a Casan possa captar recursos e aplicar em favor da própria população, melhorando significativamente a qualidade de vida do povo.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, ontem saí desta Casa às 15h45. Fui a Lages, a um evento oficial do projeto Paternidade Responsável, no qual inclusive a Escola do Legislativo vai trabalhar. Trata-se de um projeto fantástico, que deve ser levado não somente para toda Santa Catarina, mas para o Brasil. Pois bem, às 1h estava de volta e hoje às 8h20min estava na Assembleia Legislativa. Então, não consegui ficar até as 4h para acompanhar a discussão do tal *site* da desinformação, que foi aqui apresentado.

Consegui, hoje pela manhã, ler algumas coisas que me chamaram a atenção, porque parece que viramos unidade de medida. E quando cheguei, pela manhã, no gabinete, foi levantada pela minha assessoria essa questão dos critérios que a Facisc colocou no sentido de informar a sociedade. A minha conclusão é clara: o *site* é pejorativo e com a má intenção de denegrir esta Casa. É um verdadeiro *site* da desinformação. Não se abriu um portal de informação, deputado Neodi Saretta, abriu-se um portal de desinformação. Vamos lá. Primeiro vou falar de mim e de outros colegas.

O *site* desconhece que sou líder do governo, que sou presidente de uma comissão, que sou vice-presidente da União de

Parlamentares do Mercosul, que, inclusive, o embaixador está aqui e que vou acompanhá-lo daqui a pouco. Esse *site* desconhece as nossas atividades e a função do líder do governo, deputado Valmir Comin, as negociações dos projetos. Vou mais longe, o *site* desconhece que o deputado Romildo Titon é o presidente da comissão de Constituição e Justiça. Estou dando um exemplo.

O *site* desconhece tudo isso e muito mais; então, como é que vai fazer uma avaliação? O *site* desconhece que os deputados Valdir Cobalchini, Cesar Souza, Serafim Venzon, Ada de Luca não estão nesta Casa porque são secretários licenciados, dentro da Constituição. O *site* desconhece um monte de coisas. É um verdadeiro *site* da desinformação.

Quanto à apresentação de projetos, os próprios empresários nos criticaram, dizendo que aqui se aprovava um monte de projetos inconstitucionais. E nós fizemos. Se for para apresentar projetos, vamos copiar projetos de todos os cantos dos estados do país e vamos apresentá-los. Criticam quando é inconstitucional e agora a avaliação é outra.

Deputado Joares Ponticelli, a audiência pública é de interesse de cada região e toda semana temos uma audiência pública. Se eu participar de todas as audiências públicas, não farei outra coisa a não ser participar de audiência pública, porque temos 40 audiências públicas por mês, marcadas de acordo com cada região, que talvez não sejam do meu interesse.

Então, acho que há aí uma má intenção clara. Há uma intenção de desmoralizar o Parlamento. E não tenho medo de falar. Ontem eu não estava aqui. Mas acho que a Facisc foi muito infeliz, quis entrar numa onda para aparecer ao povo, fazer um jogo de cena. Foi muito infeliz mesmo nessa criação de um *site* no qual viramos um saco de pancadas. E de tudo que falei ontem não retiro uma única palavra.

Outra: deputado Joares Ponticelli, 13 faltas. Chego aqui junto com a Cleo e não tenho nenhuma falta. Eu estava em missão oficial representando esta Casa, acompanhando, deputado Mauro de Nadal, o governador Raimundo Colombo. Eu estava representando a Casa. Portanto, não dá para dizerem que é falta. Não faltéi. Eu estava a serviço da Assembleia Legislativa. E a outra viagem foi pelo Mercosul, porque sou vice-presidente e também estava a serviço desta Casa.

Portanto, quem está nos acompanhando saiba que esse é um *site* da desinformação. Se alguém quiser, temos informações da Assembleia Legislativa. Não consultem esse *site*. Esse *site* vai arrumar a desinformação na cabeça das pessoas. Ou melhor, quem está fazendo o *site* não conhece como é o Regimento Interno desta Casa. Não conhece como funciona esta Casa. Não sabe quantas comissões tem a Casa. Esse *site* é para denegrir esta Casa. Esse *site* não é para ajudar. E estou vendo uma coisa a mais: esse *site* é para querer arrumar deputado na parede, para aprovar projetos de interesse de alguma categoria, de algum segmento do estado de Santa Catarina. Mas se a intenção é essa, comigo não funciona. Vou continuar representando aqui a grande população nossa e não o interesse do segmento a, b, c.

Nós representamos o povo. E não tenho menor dúvida de que o que se está criando aí é para emparedar deputado, quando não vota de acordo com projetos de interesse da Facisc. Claro que é. Alguém tem dúvida sobre isso? É o jeito de pressionar e querer

mandar em nosso voto. É um jeito de tirar a liberdade do deputado.

Não acompanho. Mas será que eles estão contabilizando, analisando, que saí daqui às 15h45, fui a Lages, voltei de madrugada e que às 8h20 já estava no plenário?! Estou aqui e daqui vou a uma reunião do Mercosul.

Não sabem nem que existe a União de Parlamentares do Mercosul. Desconhecem que existe a liderança do governo, que existem as lideranças dos partidos. Que *site* é esse? Site da desinformação? Ou *site* que quer emparedar deputado? Mas comigo já vou avisando: não funciona! Porque unidade de medida não sou. Entrei na Justiça porque quero questionar qual é o amparo jurídico desse *site*!

Eu vivo de imagem, tenho uma imagem a preservar. Tenho que responder na minha casa, à minha esposa e aos meus filhos, sobre a minha ausência, tenho que dizer por que não paro em casa, tenho que explicar por que dificilmente estou em casa, tenho que responder por que viajo todos os meses mais de seis mil quilômetros de carro, sempre representando a minha região e conversando com a população.

Será que agora vou ter que começar a me esconder? Não posso mais sair? Chega! Não aguento mais, estou perdendo, inclusive, a vontade de ser deputado. Dessa forma não dá. Onde está a democracia? Essa não é a democracia que pregamos. A democracia é o Parlamento, e no momento em que o Parlamento está fraco, a democracia está entrando no buraco. Repito: Parlamento fraco é democracia no buraco, e não quero voltar aquilo que o Brasil viveu num passado recente. Quero continuar desfrutando do estado democrático de direito.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Ouço v.exa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado, quero cumprimentá-lo porque se não levantarmos a nossa voz, daqui a pouco vamos começar a sofrer outros ataques como esse que sofremos ontem e justamente de alguns que não têm moral para nos cobrar. A família e as empresas de um dos que participaram ontem, nesta Casa, daquele momento tético, não resistem ao primeiro levantamento da sua situação junto ao Fisco. Deputado Reno Caramori, se for puxada a ficha de apenas um deles, sabemos que despondará como um dos principais sonegadores, um dos principais devedores do estado de Santa Catarina.

É muito ruim o que foi iniciado ontem nesta Casa, muito ruim! Foi algo irresponsável, inconsequente, sem critérios, desonesto, e precisamos, sim, reagir à altura, porque acho que a tese de v.exa. tem procedência, ou seja, é mais uma forma de tentar controlar o nosso voto.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Não tenho nenhuma dúvida disso, é uma forma de colocar o deputado na parede. Eles pensam assim: ou votam com os interesses do nosso segmento ou daremos nota baixa no *site*.

Sou deputado e defendo a democracia, mas não vim para este Parlamento para ser humilhado!

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, quero apenas informar que neste momento estamos recebendo nesta Casa o embaixador do Brasil junto ao Mercosul e que vários deputados estão-se dirigindo ao plenarinho para ouvir a sua explanação sobre os trabalhos que desenvolve.

Acho até, sr. presidente, que houve um encaminhamento um pouco atrapalhado da questão, porque poderíamos tê-lo recebido neste plenário, onde todos os parlamentares poderiam acompanhar tão ilustre visita. Até porque vários deputados estiveram na embaixada em Montevideu, conhecem as potencialidades do Mercosul e sabem que o embaixador é o grande porta-voz do Brasil em várias questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - É muito importante essa palestra e se houver alguém da Facisc nos escutando, aproveitamos para convidá-lo a participar, além desta sessão plenária, também no plenarinho para verificar a presença dos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Cherem, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, srs. deputados desta Casa, venho à tribuna na manhã de hoje trazer um pouco de boas notícias para o nosso mandato e para a nossa representação parlamentar, especialmente para a região da Amfri, que representamos e onde temos vários companheiros prefeitos, para o meio-oeste e o planalto norte.

Estivemos na tarde de terça-feira, juntamente com o deputado Volnei Morastoni, em audiência com o governador Raimundo Colombo, quando, sr. presidente, fomos levar a nossa preocupação ao governador em relação à situação do Hospital Marieta Konder Bornhausen, que é do estado e que está sendo administrado por uma organização social das irmãs missionárias do Coração de Jesus.

Srs. deputados, talvez em números de leitos esse seja o maior hospital do estado de Santa Catarina; são quase 500 leitos, uma média de 1.300 internações/mês. Nos últimos anos houve uma qualificação nas partes clínica e cirúrgica, o que faz com que seja o hospital regional de toda a Amfri, uma região com mais de 700 mil habitantes.

Entretanto, de um tempo para cá está afogado, não está dando mais conta da demanda intensa e da forte procura pelos seus profissionais. Mas, para a nossa alegria, quero registrar a sensibilidade do governador Raimundo Colombo. O hospital é do estado e recebe R\$ 220 mil/mês para ajuda de custeio. O governador imediatamente autorizou mais R\$ 250 mil/mês, porque é um hospital que presta, sim, um grande serviço àquela região. Inclusive, o governador também se prontificou a participar de uma comitiva que irá conhecer o hospital, que quer duplicar a capacidade física instalada, seus atendimentos, para que possa atender melhor à região da Amfri, fazendo cada vez mais uma medicina de qualidade.

Fico feliz e quero, em meu nome e em nome de toda a região, fazer um agradecimento ao secretário de estado da Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira, e também ao governador e ao vice-governador, Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, respectivamente, pela presteza e precisão com que acataram os anseios e os pedidos da nossa região em relação ao Hospital Marieta Konder Bornhausen.

Também tenho outra notícia muito promissora, muito boa, e chego a ousar dizer que não é apenas para a região da Amfri, não é apenas para o estado de Santa Catarina, mas para todo o sul do Brasil, finalmente, deputado Gilmar Knaesel, que conhece bem, eis que junto com o então governador Leonel Pavan deu o pontapé inicial a essa obra. Refiro-me ao centro de eventos da Santur, o centro de eventos de Balneário Camboriú. Uma obra, deputado Jailson Lima, há muito esperada por todos nós cuja região é voltada ao turismo.

E quero abrir um parêntese, porque apesar da diferença partidária, a prefeitura municipal de Balneário Camboriú está dando todo o apoio para a concretização desse centro de eventos. Parabéns ao prefeito municipal de Balneário Camboriú por também participar do processo de construção do centro de eventos. Ouso dizer, sr. presidente, que haverá uma transformação em todo o turismo do sul do país com o nosso novo centro de eventos.

Balneário Camboriú fica a 70km de Florianópolis e a 200km de Curitiba, tendo uma BR duplicada. A praia mais longe fica a 9km. É uma cidade que tem uma rede hoteleira com 20 mil leitos. E não tenho dúvida de que ele será tão importante, deputado Maurício Eskudlark - e v.exa. conhece muito bem aquela região -, para a nossa região e para o estado de Santa Catarina como foi a duplicação da BR-101.

Teremos um novo segmento de turismo na nossa região voltado para o turismo de inverno, da sazonalidade. O turismo de evento vai, sim, combater a sazonalidade, que é um problema sério para todos os nossos hoteleiros e comerciantes.

Turista de dezembro a março existe. Agora, manter a cidade, a região e o estado vivos fora da temporada não é fácil. E com esse centro de eventos tudo será diferente. Inclusive, aqui em Florianópolis temos o exemplo privado, o Centro Sul, que movimenta de forma fantástica o setor durante o ano todo. E agora vamos ter lá o Centro de Eventos da Santur, sendo que serão aplicados R\$ 32 milhões do governo do estado e R\$ 10 milhões da prefeitura de Balneário Camboriú.

Então, faço, novamente, um agradecimento ao governador Raimundo Colombo por tomar a decisão de fazer essa construção, na continuação, pois começou com o governador Leonel Pavan e com o então secretário Gilmar Knaesel.

Quero, também, fazer um agradecimento ao secretário Cesar Souza Júnior, que está empenhado pessoalmente, junto com o dr. Ênio Branco, da SC Par. Mas gostaria também de fazer um agradecimento ao deputado Valdir Cobalchini, secretário da Infraestrutura, que tem tido uma sensibilidade social muito grande, uma vez que sabe da demanda dos pequenos municípios catarinenses.

Ontem, participei de uma reunião com o secretário Valdir Cobalchini e com prefeitos de cidades pequenas, cidades pobres, com IDH baixos, que enfrentam todas as dificuldades possíveis, desde a extensão da malha viária não pavimentada, e que é um drama muito grande para todo prefeito, até as coisas mais singelas, como a falta de um veículo para transportar pacientes. Lá estiveram os prefeitos de Timbó Grande, Bela Vista do Toldo, Macieira e Lebon Régis, uma vez que foram levar ao secretário Valdir Cobalchini as necessidades daquela região, principalmente na área da infraestrutura. E fomos muito bem atendidos, com a sensibilidade muito grande do secretário.

Quero aqui também registrar o nosso agradecimento, em nome desses prefeitos, pela sensibilidade do secretário na atenção necessária daqueles pleitos.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB, que permutou com o PT.

Portanto, com a palavra o deputado Jailson Lima, por onze minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, fiz a troca com o deputado Narcizo Parisotto e vou dividir o horário do partido com o companheiro Neodi Saretta.

Quero somente fazer o registro do início do programa de bolsas de estudo no exterior, do nosso governo federal, da nossa presidente Dilma Rousseff.

Foi lançado o programa, que é de 75 mil bolsas de estudo, e as duas primeiras mil bolsas foram assinadas nesta semana para cursos de graduação, pós-graduação e doutorado na área de ciência e tecnologia e inovação. Essas bolsas terão o valor de U\$ 870 para estudar nos Estados Unidos e 870 euros para aqueles alunos que forem estudar na Europa.

Nos próximos quatro anos a meta do nosso governo é permitir que 75 mil alunos façam cursos de doutorado ou pós-doutorado, através de bolsas do CNPq, no exterior. Esse primeiro contrato, digamos assim, é para os Estados Unidos e para Europa, mas estão sendo abertos e expandidos para outros países, principalmente aqueles que mais fomentam a inovação e desenvolvem o estímulo à ciência e à tecnologia. Os objetivos, de forma pontual, são:

(Passa a ler.)

“Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento;

Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior;

Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros;

Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas;

Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.”

O programa de metas do CNPq está sendo desenvolvido com duas vertentes:

(Continua lendo.)

“Aumento da presença de estudantes e pós-doutores brasileiros, de diversos níveis, em instituições de excelência no exterior;

Estímulo à vinda de jovens talentos e pesquisadores de elevada qualificação para o Brasil, com atuação em problemas de Ciência, Tecnologia e Inovação, e capacitação de pessoal de interesse do país.

Essas bolsas serão desenvolvidas nos próximos quatro anos, e é importante ressaltar as áreas prioritárias do programa de bolsas no exterior do CNPq.

No programa Ciência sem Fronteiras, as áreas prioritárias são:

Engenharias e demais áreas tecnológicas;

Ciências Exatas e da Terra;
Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde;

Computação e Tecnologias da Informação;

Tecnologia Aeroespacial;
Fármacos;
Produção Agrícola Sustentável;
Petróleo, Gás e Carvão Mineral;
Energias Renováveis;
Tecnologia Mineral;
Biotecnologia;
Nanotecnologia e Novos Materiais;
Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais;
Biodiversidade e Bioprospecção;
Ciências do Mar;
Indústria Criativa;
Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva;
Formação de Tecnólogos.”

Esses estudos desenvolvidos pelo ministério de Ciência e Tecnologia, que tem à frente o nosso ministro Aloizio Mercadante, mostra a postura visionária deste governo que, de forma gradual, está possibilitando novos investimentos em formação de recursos humanos para que com esse programa, Inovação sem Fronteiras, superemos a fronteira do atraso deste país na área de tecnologia e inovação.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda restam cinco minutos dentro do horário destinado ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, pessoas que acompanham pelos órgãos de comunicação esta sessão, fomos convidados ontem para participar de um debate em uma emissora de televisão, aqui na capital, para abordarmos juntamente com o presidente da Fatma, Murilo Flores, e advogados que atuam nas áreas ambientais, principalmente, o porquê, vez por outra, quando dos licenciamentos ambientais, surgem discussões e denúncias sobre problemas de corrupção, sobre as demoras dos licenciamentos ambientais.

Também quero abordar um pouco essa problemática na condição também de presidente da comissão do Meio Ambiente e Turismo dessa Casa.

É evidente que se houvesse um manual que identificasse rapidamente e facilmente quem propõem corromper e quem propõem ser corrompido, isso poderia ser resolvido com facilidade, mas não é isso que está acontecendo. Mas poderíamos desenvolver alguns mecanismos para melhorar essa situação, em primeiro lugar, compreensível e que não seja contraditório entre si, porque hoje em determinados locais aplica-se uma legislação e em outros locais aplica-se outra legislação. E para citar um exemplo, podemos colocar duas leis, o Código Ambiental de Santa Catarina e o Código Florestal Brasileiro, leis que possuem contradição entre si e que em alguns locais são adotadas determinadas interpretações, em outros lugares outras interpretações. E isso já é margem para dúvidas, isso já é margem, inclusive, de atos que acabam não sendo republicanos. Em segundo lugar, vemos também dezenas e centenas de resoluções, de atos normativos, de portarias, para cada lugar, identificando um tipo procedimentos nos licenciamentos ambientais.

Por isso é importante que o país pense seriamente na compilação de toda essa legislação e adote critérios absolutamente transparentes para a emissão e fiscalização na área ambiental.

É importante dizer também que os licenciamentos ambientais são relativamente recentes, de 1981, mas não pode esse emaranhado da legislação servir de justificativa para aqueles que também não têm qualquer escrúpulo em relação à preservação, em relação à qualidade de vida das pessoas do presente, do futuro.

Por isso, nós, inclusive no âmbito da comissão de meio Ambiente e Turismo desta Casa, deveremos promover, ainda neste semestre, debates, dar sugestões e fazer encaminhamentos para buscar que as coisas sejam feitas com a maior transparência possível, inclusive os encaminhamentos que estão sendo feitos pelos órgãos ambientais, de colocação de toda a tramitação dos pareceres ambientais na internet, para que o cidadão possa acompanhar.

Agora, é ingenuidade achar que só porque coloca na internet não haverá mais casos de corrupção e de discussão. É preciso, sim, encontrar mecanismos de estabelecer que as licenças ambientais possam ser feitas com transparência, com acompanhamento com servidores qualificados e bem remunerados, sim. Porque é importante que o servidor que esteja nesta área possa também receber um salário digno e condizente para estar menos suscetível a esse tipo de ato.

É bem verdade que se diz que quem quer se corromper, mesmo com salário alto, corrompe-se. Mas é bem verdade também que se melhor remuneradas as pessoas pensarão melhor, terão mais estímulo, terão mais vontade e mais interesse de se aperfeiçoar e de atuar com mais lisura.

Por isso esse assunto é importante, principalmente nesse semestre em que se debate, em nível nacional, o Código Florestal Brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, deputado Reno Caramori, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc, quero, inicialmente, registrar, nesta manhã de quinta-feira, a celebração, deputados Valdir Comin e José Milton Scheffer, da edição n. 5.000 do jornal *Diário do Sul*, do município de Tubarão, com abrangência em toda a nossa região.

O jornal *Diário do Sul* começou as suas atividades em 23 de março de 1994, passando-se já 17 anos e cinco meses, chegando a essa marca histórica de 5.000 edições diárias ininterruptas. E agora vejo nascer o jornal *Diário de Notícias*, em Criciúma, a quem queremos saudar, deputado Valmir Comin, porque é outro veículo que nasce forte, que nasce muito bem estruturado. Como não tivemos a oportunidade de ver nenhuma das edições, queremos cumprimentar, neste momento, toda a equipe desse diário, pois realmente esse jornal nasceu muito bem estruturado.

O que desejamos é que possa percorrer esse mesmo caminho que o nosso jornal *Diário do Sul* alcança no dia de hoje, com 5.000 mil edições ininterruptas.

Quero cumprimentar, em nome de Tomaz Antônio Estevam e de Lúcio Flávio, toda a equipe, os repórteres, os jornalistas, os redatores, os colaboradores, enfim, todos do

jornal *Diário do Sul*, que ao longo desse tempo ajudaram a construir esse importante veículo de comunicação da região de Tubarão, do sul de Santa Catarina, especialmente pela isenção, pela forma responsável com que esse diário tem feito o seu trabalho ao longo dessas 5.000 edições.

Para a nossa cidade, para a região de Tubarão, é um dia de comemoração. Tenho acompanhado o trabalho do *Diário do Sul* desde que era jornal de negócios, deputado José Nei Ascari, assim como v.exa., e sabemos de todas as dificuldades que foram empreendidas e superadas ao longo desse tempo.

Por isso, nas pessoas de Tomaz Antônio Estevam e de Lúcio Flávio, cumprimento toda a equipe e todos aqueles que já passaram pelo jornal *Diário do Sul*, que ajudaram a construir essa história que chega a essa marca comemorativa no dia de hoje, tão importante para a cidade de Tubarão e região.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Muito obrigado, deputado.

Quero cumprimentá-lo pelo registro que faz, dizer que comungo do mesmo pensamento e salientar que uma região que se preze, uma região que busca o seu desenvolvimento, precisa de veículos de comunicação fortes. E é o caso do jornal *Diário do Sul* que comemora 5.000 edições. Ao mesmo tempo, quero saudar aqui o *Diário de Notícias*, que é um veículo de comunicação, conforme v.exa. muito bem frisou, novo que surge na região, para se imantar a tantos outros que temos, ajudando na transparência, na informação e caminhando lado a lado com a comunidade, ajudando no desenvolvimento dos municípios do sul que precisam muito da atenção dos órgãos governamentais.

Por isso, parabeno o *Diário do Sul*, o Tomaz Viana, o Lúcio Flávio, com quem convivi por longos cinco anos nos bancos escolares, responsáveis por esse veículo de comunicação forte que presta um relevante serviço para Tubarão e toda a região.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Joares Ponticelli, na mesma esteira, parabeno v.exa. pela citação do jornal *Diário do Sul*, o diretor Edson Da Soler, um *expert* na área comercial, com uma visão ampla sobre relacionamento e conhecedor de como se faz um jornal. Tenho certeza de que esse veículo de comunicação vem informar ainda mais a população, mesmo porque o sul, e Criciúma de forma especial, é muito politizado pelas várias rádios e jornais existentes. E o jornal já nasce com mil exemplares.

E como sempre digo que todo grande foi pequeno um dia. Por isso, tenho certeza de que o jornal haverá de prosperar e contribuir muito para a democracia, trazendo imparcialidade e fidelidade nas informações.

Parabeno a todos por mais esse investimento.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado Joares Ponticelli, quero cumprimentar v.exa. pela felicidade da lembrança e pela importância do sistema de comunicação para o

desenvolvimento da região. São prestadores de serviço público.

Quero fazer um cumprimento especial ao diretor do jornal, Edson Da Soler. E quero ressaltar uma matéria que traz hoje na sua 8ª edição: "Zen melhora e retorna à prefeitura de Urussanga". Essa é uma boa notícia.

Nós, que somos amigos pessoais do prefeito, sabemos da sua luta para enfrentar uma doença. Ele está voltando para a sua felicidade, dos seus familiares e também da população de Urussanga, que o aguarda com muito anseio. E a matéria diz que ele volta com 12 quilos a mais e com a autoestima em alta.

Assim, cumprimento o Edson Da Soler pelo jornal, desejando-lhe sucesso e friso a importância de termos mais um diário no sul do estado para ajudar a divulgar as nossas potencialidades.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Agradeço o aparte dos deputados.

Também fico muito feliz com a melhora do prefeito. Sou amigo do prefeito Luiz Carlos Zen e sei da sua luta, desde o início do seu segundo mandato, gigantesca para recuperar sua saúde e que para isso conta com a solidariedade dos amigos e da família. Ele passou por momentos muito difíceis e fico feliz em saber que está recuperando peso, recuperando a sua saúde e reassumindo agora o comando da prefeitura de Urussanga, depois de tanto tempo afastado para lutar pela vida.

Manifesto a minha solidariedade, o meu carinho e a alegria ao saber que o prefeito Luiz Carlos Zen está de volta às suas atividades e à vida.

Quero cumprimentar mais uma vez toda a equipe que faz o *Diário de Notícias*, desejando muito sucesso no empreendimento e que possa ter esse compromisso da imparcialidade, que já é a marca de quem tem experiência e toda uma história dedicada ao meio da comunicação de forma extremamente responsável, como é necessário que esses veículos se portem.

Quero reiterar os nossos cumprimentos a toda equipe do *Diário do Sul* que chega a essa marca importante para a região de Tubarão, do sul do estado e para a comunicação de Santa Catarina. Parabeno-os pela celebração das cinco mil edições ininterruptas do *Diário do Sul*.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores que nos assistem pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, desejo fazer um elogio à presidente Dilma Rousseff pela decisão da criação de um *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina, uma coisa fundamental, porque a universidade propicia, dá condições aos filhos dos trabalhadores de serem doutores.

O ensino técnico qualifica a mão de obra. E como sabemos, no Brasil temos um milhão de vagas abertas por falta de qualificação de mão de obra. Inclusive, em Santa Catarina, deputado Reno Caramori, temos 200 mil estudantes de ensino superior e 50 somente de ensino técnico. Mas precisamos fazer o que a Alemanha, os Estados Unidos, os países desenvolvidos fazem ou estão fazendo há mais de 50 anos.

Quero também, deputado Joares Ponticelli, fazer uma crítica ao governo federal,

à presidente Dilma Rousseff, fundamentalmente ao ministro da Saúde.

Ontem, participamos de uma audiência pública nesta Casa presidida pelo deputado Volnei Morastoni. Aliás, a comissão de Saúde está de parabéns, porque tem tido uma atuação intensa em defesa da melhoria das condições de saúde do povo catarinense.

Nessa audiência tratamos do mutirão, uma iniciativa importante do governo do estado, do governador Raimundo Colombo, do secretário Dalmo, de diminuir as filas de pacientes, de trabalhadores carentes. E não sabemos se são dez mil, 20 mil, 30 mil, 50 mil. Infelizmente, ontem foi dito, deputado Silvio Dreveck, que não temos o número exato. Aí já começamos errado, porque temos que ter dados estatísticos.

Vergonhosamente, trabalhadores morrem nas filas de cirurgias, primeiro, para fazer consultas especializadas, ato contínuo para fazer exames, para fazer cirurgia. Isso é um absurdo, uma vergonha. E esse mutirão carece de alguns ajustes, de apoio da classe médica, enfim, de apoio de todas as forças vivas de Santa Catarina.

Deputado Joares Ponticelli, o dado que nos deixou assustado, estarecido e indignado veio do secretário Dalmo, que afirmou categoricamente, deputado Jailson Lima, que o governo federal, no momento em que mais precisamos, em que as filas crescem, cortou seis mil AIHs em Santa Catarina. Eram 12 mil, e o governo cortou 50%. Portanto, seis mil cirurgias.

Sr. presidente, se isso procede, e certamente procede, porque foi afirmado diante da imprensa pelo secretário Dalmo, é um absurdo. Até já mandei preparar uma manifestação, uma moção, que deverá ser apreciada por esta Casa na semana que vem, porque precisamos fazer contato com as lideranças do governo federal em Santa Catarina, precisamos mobilizar esta Casa, para reavermos aquilo que nos é de direito, deputado Joares Ponticelli.

Santa Catarina é o sétimo estado em geração de impostos para a União. Estamos mandando dinheiro para Brasília e não estamos recebendo quando necessitamos e apresentamos as nossas demandas.

Então, com relação à saúde, quando se fala de saúde, estamos falando da vida das pessoas. E aí temos que tratar com cuidado, com sensibilidade, com respeito, com dignidade.

Esta Casa, o Parlamento catarinense, o povo catarinense, espera com urgência um pronunciamento, uma resposta, uma posição do governo federal, com relação a essa denúncia grave do corte de 50% de AIHs. Inclusive, o jornalista Moacir Pereira estava presente e ouviu essa informação que nos deixa assustados e, sobretudo, indignados com a posição do governo federal.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Darcy de Matos, não pude participar da audiência pública realizada ontem e por isso devo cair mais um pouco no *ranking* da Facisc. A verdade é que eu estava noutra atividade, mas pelo *ranking* da Facisc ou você se multiplica e participa de tudo ao mesmo tempo ou cai de posição.

Estou estarecido com essa informação e precisamos saber qual a justificativa, porque há uma cobrança muito grande em cima do governo do estado, uma vez

que foi anunciado o mutirão e ele ainda não começou. Agora, sabemos que o mutirão depende da parceria com os hospitais e com os municípios, além do reajuste da tabela do SUS.

De qualquer forma, o governo federal cortar praticamente 50% da AIHs de Santa Catarina tem que ter uma solução! Tem também que haver uma explicação convincente, além de uma imediata reposição dessas AIHs, porque do contrário o problema vai crescer ainda mais e não é justo que se cobre exclusivamente do governo catarinense como está sendo feito.

Quero dizer que na próxima semana a Unale - e o deputado Jailson Lima vai participar -, através dos 1.059 deputados estaduais brasileiros, vai fazer pressão para que o Congresso Nacional regulamente a Emenda Constitucional n. 29, porque a sua não regulamentação está causando problemas sérios na saúde do povo brasileiro.

Portanto, associe-me à sua manifestação e parabeneza v.exa. pelo tema.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Sr. presidente, quero, rapidamente, levantar outro assunto desta tribuna.

Tenho o hábito de, pela manhã, assistir ao *Bom Dia Brasil*, e hoje Santa Catarina foi matéria nacional nesse jornal televisivo, com uma questão que traz preocupações para o povo catarinense, uma vez que se trata da briga, da divergência, do conflito desnecessário entre a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Isso é preocupante, sr. presidente e srs. deputados. No ano passado, quando aqui tratamos das questões salariais das duas corporações, observamos essa disputa e quero fazer um apelo aos dirigentes da Polícia Militar e da Polícia Civil, porque enquanto elas brigam, enquanto divergem, desnecessariamente, diga-se de passagem, os delinquentes, os bandidos, estão roubando, matando, esturpando.

Queremos fazer um apelo às duas corporações para que busquem o entendimento, porque as atribuições de cada instituição estão muito claras na nossa Constituição. É preciso, pois, desenvolver o trabalho em parceria, a exemplo do que ocorre em Joinville, onde o Ministério Público capitaneia e promove a necessária integração. Aliás, um dos problemas da segurança pública no Brasil é a falta de integração de um trabalho articulado da Polícia Civil com a Polícia Militar, com o Judiciário, com o Ministério Público e com a Polícia Federal. Nós precisamos articular essas instituições para que possamos baixar os índices de criminalidade do nosso estado, do nosso país.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Darcy de Matos, quero parabenizá-lo pelos dois temas aqui levantados. E quero me reportar ao mutirão da saúde, que deve passar dos 30 mil, 40 mil atendimentos pendentes ainda. Mas apesar de toda distorção e do mau encaminhamento desse processo, das informações na interação do próprio governo, a ação é realmente meritória, necessária.

Agora, o conselho superior das entidades médicas, como disse o colonista Moacir Pereira, deve uma explicação à sociedade catarinense por não ter comparecido às três reuniões para as quais foi convocado.

Quanto à tabela SUS, é lamentável há mais de dez anos, doze anos não se tenha

uma readequação, nem falo em termos de reajuste, mas de uma readequação próxima da realidade de que estamos vivendo.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero parabenizar o governo de estado, Raimundo Colombo, que imediatamente, com o secretário da segurança, César Augusto Grubba, toma as providências pertinentes, ou seja, cria um grupo de articulação para a aproximação das duas corporações e de definições claras daquilo que já está na Constituição quanto ao papel das duas corporações, sobretudo da necessidade da realização de um trabalho conjunto da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(O partido desiste.)

Com a desistência dos representantes do PMDB, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0142/2011, 0236/2011, 0258/2011, 0272/2011, 0273/2011, 0298/2011, 0311/2011, 0314/2011, 0336/2011, 0346/2011, 0347/2011 e 0348/2011.

Comunica ainda que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0213/2011, 0349/2011 e 0415/2011.

E também comunica que a comissão de Agricultura e Política Rural apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0367/2011.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0160/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0214/2011, de procedência governamental.

Não há emendas à redação final.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero fazer um esclarecimento a respeito desse projeto, porque andou no meu gabinete desde que chegou à Assembleia Legislativa, nas comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Segurança Pública.

Essa é uma demanda legítima da região e não somente da Polícia Militar ou Polícia Militar Rodoviária, mas de toda a região que quer a instalação desse posto da Polícia Rodoviária Estadual em São Carlos.

Por ora, até na manhã de hoje, deu-me a impressão de que eu estava contribuindo para o atraso, de tanto que ele andou na minha mão. Então, fomos verificar e, de fato, nós não trabalhamos no sentido de travar e segurar. É que nas três comissões passou pelas nossas mãos e ficamos felizes de poder contribuir para a aprovação, a pedido do deputado Mauro de Nadal e da deputada Luciane Carminatti também.

Somos favoráveis, portanto, à aprovação do projeto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0008/2011, de procedência da Mesa Diretora.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0446/2011, de autoria da liderança do PP; 0447/2011 e 0448/2011, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0449/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0450/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0451/2011 e 0453/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli; e 0452/2011, de autoria do deputado Narcizo Parisotto.

Comunicamos também que são deferidos os Requerimentos n.s: 1.045/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.046/2011, 1.047/2011, 1.048/2011, 1.049/2011, 1.050/2011, 1.051/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.052/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari e outros; 1.053/2011, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 1.054/2011, 1.055/2011, 1.056/2011, 1.057/2011, 1.058/2011, 1.059/2011, 1.060/2011, 1.061/2011, 1.062/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.063/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.064/2011, de autoria do deputado Manoel Mota.

Pedido de Informação n. 0105/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de Assistência Social, solicitando informações sobre quais candidatos aprovados foram classificados e nomeados a partir do concurso destinado a selecionar pessoal para vagas no quadro desta secretaria considerando o Edital SES n. 001/2009 e se existe previsão de nova chamada.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0106/2011, de autoria do deputado Altair Guidi, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o número total de funcionários terceirizados das SDR, bem como o valor pago no mês de julho e a empresa vencedora da licitação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Gostaria justificar a ausência de alguns srs. parlamentares ao público catarinense que nos acompanha.

Neste momento está acontecendo uma palestra no plenarinho desta Casa, ministrada pelo embaixador Régis Arslanian - chefe da Representação Brasileira junto à Aladi

e ao Mercosul. Por isso, alguns srs. deputados não estão neste plenário, principalmente os deputados pertencentes à comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação e do Mercosul.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Silvio Dreveck, volto a esta tribuna, mais uma vez, satisfeito com os nossos produtores, com os nossos pecuaristas de Santa Catarina.

Infelizmente, não pude participar porque estava recebendo o título de Cidadão Caçadoreense, na minha cidade, no dia 30 de julho de 2011, quando foi realizado, no Parque de Exposições Nova Vicenza, em Água Doce, o 2º Leilão da Fazenda Volta Grande e Convidados.

Foram comercializados 42 lotes de bovinos, todos puros de origem (PO), a maioria obtida através da técnica de transparência de embriões. As raças que lá foram apresentadas, de primeiro mundo, pode-se dizer, são as seguintes: holandesas, charolesa, *red angus*, *hereford*, *simental* e *brahman*. Foram comercializados 14 lotes de equinos da raça quarto de milha, que foram vendidos para o estado vizinho, principalmente Paraná e Rio Grande do Sul.

O leilão movimentou o valor de R\$ 400.000,00, num sábado à tarde. Isso é significativo para a economia catarinense da nossa agropecuária. Esses abnegados criadores, *cabañeros*, dedicam parte das suas vidas na melhoria e na genética das raças em Santa Catarina.

A Fazenda Volta Grande está situada no município de Luzerna e Água Doce. Eles mantêm propriedade nos dois municípios e têm como proprietário o nosso grande amigo José Rumpf, que hoje completa 88 anos de idade. Ele é natural da Áustria e veio ao Brasil, incorporou-se aos brasileiros para produzir bens da economia catarinense, da economia brasileira.

O seu filho, Henrique Rumpf, que é médico veterinário, trabalha há 16 anos na região com tecnologia de transferência de embriões em bovinos e equinos, um trabalho de genética fabuloso e que está obtendo um resultado fantástico.

Gostaria ainda de citar o nome dos participantes desse evento. São pessoas que foram convidadas e que compareceram como compradores e apreciadores desses leilões das raças que lá foram comercializadas. Estavam lá as seguintes pessoas: Paulo Scariot, de Santa Cecília; Ricardo Lunardi, de Chapecó; Jackson Mendes, de Água Doce; Sandoval Caramori, de Caçador; Valdir Magro, de Concórdia; Osny Machado Coninck, de Campos Novos; Dorival Carlos Borga, de Videira; Nelson Antônio Serpa, de Campos Novos; Natália Rumpf, de Florianópolis; José Sinval Pereira, de Santa Cecília, além da prefeita Nelci Fátima Trento Bortolini, que sempre prestigia esses eventos, e dos vereadores, secretários municipais e tantos outros pecuaristas que amam essa atividade.

Por isso, queremos cumprimentar o amigo Henrique Rumpf, por esse evento brilhante em Santa Catarina, que dá a oportunidade para os compradores desses exemplares POs, puros de origem, melhorar os seus plantéis nas suas fazendas, nas suas *cabañas*.

Ocorreu nos dias 13 e 14 o primeiro leilão da Cabaña Fonseca. Anunciei, na semana

passada, a realização desse leilão, que é do nosso amigo Juca Fonseca, o José Fonseca, cujo filho, Renê Fonseca, está à frente da administração da fazenda, juntamente com a mãe e uma equipe reduzida de funcionários de alta eficiência. É por isso que José Fonseca teve um faturamento de R\$ 310 mil em dois dias de leilão.

Passaram por lá, deputados Silvio Dreveck e Joares Ponticelli, mais de 500 pessoas, seja pela curiosidade, seja pelo prestígio do evento. Foram vendidos 100 terneiros com cruzamento industrial charolês, 25 touros PO - puros de origem - e mais dez vacas também PO. Além do leilão, Fonseca promoveu uma exposição dos animais que mantém na sua *cabaña*, além da exposição de máquinas agrícolas e implementos. Mas o que nos chamou a atenção foi a qualidade do gado que a *cabaña* levou à pista e a qualidade que o Renê e o seu Juca mantêm na sua propriedade. Dá para dizer que é de primeiro mundo, pois há, inclusive, exemplares adquiridos da fazenda Santa Tecla, cujos leilões já registramos desta tribuna e cujo proprietário é o nosso amigo Jamil.

Portanto, deixo esse registro e aproveito para convidar os catarinenses para mais uma festa dos pecuaristas, ou seja, mais um leilão da Fazenda Sonho e Realidade, também na cidade de Água Doce, do nosso amigo Vanderlei Berté e de sua família.

Vanderlei Berté estará levando para a pista, no próximo dia 20, às 13h30, plantéis de uma categoria invejável da raça *limosin*, com 40 touros e sete fêmeas PO, linhagem de primeiro mundo. Levará também animais da raça *simental*, dez machos e seis fêmeas, além de oito machos e quatro fêmeas da raça *brahman*, como também 103 bezerros, cruza de meio sangue, em dez lotes, que irão a leilão.

Temos que salientar que realizará ainda o famoso *shopping*, já é o quarto, uma inovação que Vanderlei Berté apresenta aos pecuaristas, aos criadores de Santa Catarina, para o qual disponibilizará 33 lotes, com 125 exemplares, entre machos e fêmeas bovinos e ovinos.

Portanto, mais uma vez quero fazer esse registro e convidar os catarinenses, os paranaenses e os gaúchos a comparecerem a esses eventos promovidos pró *cabañas* exemplares, que mostram e vendem animais de primeira qualidade nesses leilões.

Por isso mais uma vez quero cumprimentar Henrique Rumpf, José Fonseca, o nosso grande amigo Juca, pelos 80 anos com a sua esposa, os quais lidam no dia a dia para manter carinhosamente os machos, as fêmeas e os bezerros que são produzidos e mantidos na sua propriedade.

Quero cumprimentar também Vanderlei Berté pela realização de mais esse leilão, deputado Silvio Dreveck, v.exa. que adquiriu um touro no município de Água Doce, na fazenda de Sandoval Caramori, há poucos dias, da raça *angus*, que fez sucesso em São Bento do Sul. As fêmeas são mantidas pela *cabaña* da sua mãe. Por isso deputados estão adquirindo exemplares em Santa Catarina, melhorando, assim, a genética dos seus plantéis, nos mais diversos municípios catarinenses.

Parabéns, deputado Silvio Dreveck, tenho certeza de que a aquisição foi muito importante, como todos aqueles que adquiriram os exemplares e que deverão adquirir no próximo leilão do Berté, em Água Doce.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Reno Caramori.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, quero saudar o nosso colega e querido amigo deputado federal Peninha, que nos está visitando na manhã de hoje, que veio matar a saúde. Seja bem-vindo a esta Casa.

A bancada do alto vale do Itajaí está em maioria neste plenário. Os deputados Peninha, Jailson Lima, Aldo Schneider, Jorge Teixeira, Sargento Amauri Soares, da nossa Imbuia, e mais este deputado. Portanto, estão aqui em maioria esmagadora.

Quero registrar também, deputado Silvio Dreveck, que até dois minutos atrás a única bancada 100% presente no plenário era a bancada progressista, com os deputados Reno Caramori, José Milton Scheffer, Valmir Comin, Silvio Dreveck e este deputado.

Deputado Moacir Sopelsa e deputado Carlos Chiodini, presidente da comissão de Educação, hoje quero voltar a um assunto que provocou muita tensão nesta Casa no encerramento das atividades do primeiro semestre, que foi a greve e a votação do projeto do Magistério catarinense.

Foram 62 dias de angústia, de perdas para todos, porque num processo de greve há um "perde, perde", deputado Carlos Chiodini, pois ninguém ganha nesse processo, mas também houve um processo de avanços. Recordo-me que a primeira matéria que chegou aqui concedia algo em torno de R\$ 14 milhões de incremento e a que foi votada vai chegar, em janeiro, a mais de R\$ 40 milhões por mês de incremento na folha do Magistério.

Isso significa dizer que no primeiro ano de mandato o atual governo está concedendo 1/3 a mais na folha do Magistério. A folha que custava até maio R\$ 123 milhões vai custar mais de R\$ 160 milhões, a partir de janeiro. Houve um incremento de mais de R\$ 40 milhões no primeiro ano.

Nós vimos, em São Paulo, por exemplo, o governador Geraldo Alckmin conceder 42% divididos nos quatro anos, como outros governos também fizeram.

O governo de Santa Catarina concedeu 1/3 de reajuste no primeiro ano de mandato. O que ocorreu de falhas? Comunicação. Isso é unanimidade aqui entre nós. Infelizmente, o governo não conseguiu se comunicar com a sociedade, e aí a minoria tomou conta, tanto que perderam as assembleias regionais e continuaram conduzindo com pessoas que não eram conhecidas do Magistério catarinense, principalmente no dia da votação.

Havia pessoas ali que não eram professores nem eram de Santa Catarina. Eram pessoas importadas desses movimentos de bagunça, que infelizmente foram incentivadas por pessoas daqui.

Pois bem, os deputados da base do governo, especialmente este deputado como relator, apanharam muito nesse período, porque perdemos inclusive na comunicação para as redes sociais, e dava para ver que as mensagens que recebíamos eram padrão, e muitas delas não eram de professores, porque Deus nos livre o filho de um catarinense ficar nas mãos desse tipo de professor, pelos erros de português que havia, sem contar as palavras chulas. Aquilo não poderia ter vindo de professor. Mas sabíamos quem estava estimulando aquele processo, quais gabinetes estavam estimulando o movimento. Vimos pessoas conhecidas tentando tumultuar o processo, e os discursos demagógicos foram intensos.

Ontem, a imprensa nacional anunciou a greve dos professores na Bahia, que é governada a dois mandatos pelo mesmo governador. Portanto, não é um governador que entrou ontem. Na Bahia, mais de três milhões de alunos estão sem aula, com a paralisação de 120 mil docentes que pedem a implantação do Piso Nacional do Magistério, e o governo é do PT.

No vizinho Rio Grande do Sul, o Magistério também parou ontem, pedindo a implantação do piso, e sabemos de quem é o governo. Mas isso ocorre em mais estados: Amapá, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pernambuco e Piauí. E em todos esses estados o PT é parceiro na administração.

O Sr. Deputado Aldo Schneider (Intervindo) - E tem a greve da Universidade Federal de Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - E tem a questão da Universidade Federal de Santa Catarina. Então, trago esse assunto de volta para mostrar que precisamos ter coerência com as posições aqui. Eu disse, por exemplo, quando relatei, que nove prefeitos, das 54 prefeituras comandadas pelo meu partido, ainda não conseguiram pagar o piso. Não é porque não querem, mas porque não conseguiram. Aqui, o governador Raimundo Colombo estará a partir de janeiro concedendo o mínimo de reajuste de 40%, considerando que o reajuste do piso será de 15% em janeiro, mas vai ser mais do que isso.

E o que vimos aqui foram discursos nos insultando, fomentando frases agressivas, uma prática completamente diferente daquilo que demagogicamente foi dito aqui. Por isso, não poderia deixar de voltar a esse assunto.

É evidente que tem muito que se fazer ainda, deputado Aldo Schneider. Mas a primeira ação que o governador precisa empreender, e precisamos ajudá-lo a fazer isso urgentemente, é corrigir o vale alimentação. Não dá mais para manter o vale alimentação em R\$ 6,00 por dia, como era quando foi instituído dez anos atrás. Precisamos corrigir imediatamente o vale alimentação, e a base está tratando disso com o governador.

Vamos, agora, no grupo de trabalho, que integro também como representante desta Casa, produzir ainda mais avanços, mas com responsabilidade, com o discurso da verdade e não com aquilo que foi colocado aqui de forma irresponsável.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Sr. deputado Joares Ponticelli, eu gostaria de corroborar com as suas manifestações pedindo atenção a duas questões que entendo fundamentais. Primeiro, a disposição do governo do estado, na figura do governador e do vice-governador, em levarmos até o último momento com toda a classe do Magistério. E esse diálogo com certeza contribuiu para que saíssemos inicialmente de R\$ 14 milhões para R\$ 40 milhões o aporte financeiro que o Tesouro está fazendo agora na questão do Magistério catarinense.

Então, isso tem que ser muito claramente colocado para a sociedade catarinense, a disposição do governo em atender, negociar, colaborar. Obviamente que as distorções vamos procurar corrigir, justamente através dessa comissão que está sendo instalada.

Outra questão, deputado Joares Ponticelli, que quero deixar registrada nos Anais desta Casa é de que infelizmente as pessoas

que estavam liderando esse processo não falaram a verdade no sentido dos ganhos reais que os nossos colegas servidores públicos do Magistério de Santa Catarina terão a partir de janeiro.

Em janeiro vai ser sentido nos contracheques de mais de 60 mil pessoas. Inclusive, estamos diariamente em nossa base e somos afrontados no sentido de explicar essa tabela. Então, a partir do momento em que a Assembleia Legislativa, por determinação da Mesa Diretora, fez uma planilha de uma forma didática, que conseguimos comunicar-nos com os professores e provar que realmente haverá um ganho real em seus salários, essa tabela tem-nos ajudado muito no sentido do convencimento.

Gostaria de registrar estas duas questões: a condição do governo de negociar exaustivamente até o último momento e o papel da Assembleia Legislativa no sentido da aprovação dessa lei e da publicação da tabela, que tem feito com que os professores da rede catarinense de ensino entendam o projeto que todos aprovamos.

Muito obrigado, eminente deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado, incorporo seu aparte ao meu pronunciamento.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, amigos da nossa TVAL, da Rádio Aleesc Digital, faço uso da tribuna para enaltecer e parabenizar a iniciativa do governo com relação às cirurgias eletivas, apesar dos percalços, da falta de interação, de informação, da falha de comunicação do próprio governo. Inclusive, já aderiram a esse processo 77 hospitais, faltando aqui a participação efetiva e uma resposta por parte do conselho superior das entidades médicas, Comesc, que em três reuniões foram convidados e não compareceram. Estão realmente em débito com a sociedade.

É evidente que os números, e fala-se em 22 mil, devem ultrapassar a marca dos 30 mil pacientes na espera, mesmo porque a própria secretaria não tem todas as informações.

O que ficou constatado é que a secretaria de estado da Saúde deve proceder de uma forma clara, transparente, tendo esse banco de dados preciso, para que o estado possa promover seu planejamento e efetivamente reduzir esse represamento, essa demanda reprimida com relação às cirurgias eletivas do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Caro deputado Valmir Comin, quero cumprimentá-lo pelo depoimento com relação ao mutirão da saúde, que é realmente importante. Importante também foi a presença do secretário Dalmo de Oliveira, com esclarecimentos precisos, que mostraram conhecimento, firmeza, em toda essa dificuldade da saúde.

Além disso, quero chamar a atenção também para o fato de que esse é o segundo corte que o governo federal faz, pois já houve um corte nos recursos destinados aos leitos de UTI. O Paraná e o Rio Grande do Sul foram

contemplados com valores 90% superiores aos de Santa Catarina.

Quero aproveitar o momento para registrar, com a sua aquiescência, deputado Valmir Comin, a presença da vereadora Eunice Borges, de Balneário Gaivota, no sul do estado, que nos visita no dia de hoje.

Por último, deputado, quero reforçar o convite para a audiência pública que se realizará amanhã, às 14h, em Araranguá, que vai tratar da questão do hospital regional daquela cidade.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Estaremos lá, deputado José Milton Scheffer, e o mesmo que fizemos em relação ao Hospital Santa Catarina faremos com o Hospital Regional de Araranguá, para que, de uma vez por todas, sejam solucionados todos os problemas.

Quero referir-me agora, sr. presidente, à questão da Casan. Tramitam nesta Casa projetos referentes a essa empresa, e tenho uma posição muito clara em relação a essa situação, mesmo porque desde o meu primeiro mandato reiteradas vezes, desta tribuna, defendi as parcerias público-privadas. Penso que não existe outra maneira de o poder público, seja municipal, estadual ou federal, poder dar conta dos serviços que deve prestar à população. As PPPs são uma maneira prática, eficaz e objetiva, dentro de uma política de resultados, de viabilizar que a população tenha não somente abastecimento d'água de qualidade, mas também saneamento básico. Além disso, há outro fator muito importante nas PPPs: o poder público continua detentor de 51% das ações das empresas.

Defendo, dentro desse modelo de parcerias público-privadas, a criação de uma agência reguladora forte, com poder de fisco e de fomento. Defendo também que se proporcionem condições para que a iniciativa privada participe do processo de melhoria dos serviços públicos básicos, pois é inadmissível que em 40 anos a Casan tenha conseguido cobrir com saneamento básico apenas 13% do território catarinense. Inclusive, a empresa não tem capacidade de investimento, não tem musculatura financeira para melhorar os níveis de saneamento em Santa Catarina, mesmo porque todos os investimentos são feitos com recursos do governo federal, através do PAC.

Assim, penso que através da iniciativa de abrir a oportunidade de a iniciativa privada participar, mas detendo a maioria das ações e mantendo a Casan pública, poderemos até capitalizá-la, mesmo porque as ações que hoje estão em poder da Codesc, da SC Parcerias e da Celesc serão recompradas pelo governo do estado.

Sr. presidente e srs. deputados, como a prerrogativa da concessão dos serviços de água e esgoto é dos municípios, entendo que se não agirmos, fatalmente a iniciativa privada oferecerá às prefeituras municipais boas oportunidades de parceria, e a Casan ficará cada vez mais fragilizada.

Essa é a razão de apoiar essa idéia, e vou debater esse assunto na bancada, a fim de que consigamos chegar ao convencimento dos colegas para que eles apoiem os projetos do governo nesse sentido.

Para finalizar, lamento muito essa posição da Facisc, no dia de ontem, adentrando nesta Casa com uma forma de amputar, colocar uma coleira no pescoço do parlamentar. Inclusive, eu colocava nos bastidores que o ideal é que fosse colocado um *chip* com rastreabilidade, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que preside esta sessão, no lombo do

deputado, como a Cidasc faz com o gado, via satélite, para poder observar em todos os momentos e oportunidades onde o parlamentar se encontra.

Na semana retrasada e na passada, deputado Joares Ponticelli, desloquei-me daqui, fui a Bagé, a Candiota, a Minas do Leão e ao baixo Jacuí, na busca da preservação dos valores do carvão mineral, em função dos leilões A-5, em novembro.

Precisamos da permissão do governo federal para a geração de energia a partir do carvão da Eletrobras. Isso vai gerar a curto e médio prazo investimentos de oito a dez bilhões de dólares em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, conforme a agregação de valor, de oportunidade de renda e de emprego ao nosso povo e à nossa gente.

Fiz 956km para ir e mais 900km para voltar, sob chuva. No entanto, fui caracterizado como ausente nesse processo que culminou na sexta-feira próxima passada, em uma audiência do Fórum Parlamentar Catarinense, com a integração das três bancadas do sul e da Fiep, do Paraná, da Fiergs, do Rio Grande do Sul, e da Fiesc, de Santa Catarina. No entanto, não vi a manifestação da Facisc e muito menos sua presença visando debater sobre as obras macroestruturantes e sobre um planejamento congregando todos os três estados do sul.

Talvez, deputado Moacir Sopelsa, doravante, se permanecer diuturnamente dentro de casa com minha família, jamais poderei suprir a ausência que fiz durante todo esse período da minha vida pública. E a minha família, os meus filhos são a minha vida, o meu alicerce, a minha base. E o que estou falando não é diferente do que pensamos os demais parlamentares. E precisamos ter a consciência de que nos privamos da nossa família em defesa do cidadão, de uma qualidade de vida ao nosso próximo, mas somos jogados na sarjeta, na vala comum.

Não sei se é incompetência ou realmente má-fé, mas essa posição da Facisc é muito lamentável, sendo que a Fiesc tem sido parceira em todos os momentos das ações deste Parlamento e do estado de Santa Catarina. Não sei se foi incompetência ou má-fé, mas colocar todos na vala comum é inadmissível, isso é depor contra a democracia, isso é lutar para voltar o regime do militarismo.

Por isso, sr. presidente, faço aqui com muito vigor e lamento essa posição da Facisc.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e sr. deputado Valmir Comin, tem alguém sugerindo que em vez de *chip* se coloque uma tornozeleira como aquela igual a de presidiário; talvez seja essa a intenção da Facisc. Coloca uma tornozeleira de presidiário em cada deputado, assim eles poderão controlar melhor e talvez isso seja o desejo.

Quero cumprimentar aqui o prefeito Vanderlei Alexandre, de Forquilha, e aproveitar, em nome do deputado José Milton Scheffer e do deputado Valmir Comin, para dizer que o referido prefeito está aqui nos trazendo um convite para mais uma inauguração. E, aliás, o prefeito Vanderlei Alexandre ocupa muito das nossas agendas,

sempre com inaugurações, e no próximo sábado, às 11h, lá na sanga do Coqueiro, mais uma inauguração, mais uma pavimentação com recursos próprios.

Estaremos lá. Parabéns, prefeito, e bem-vindo a esta Casa.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Cumprimos não somente o prefeito Vanderlei Alexandre, o Lei, mas também o prefeito Douglas Gleen Warmling, o Guinga, de Siderópolis, e o deputado Rogério Mendonça, nosso grande amigo, que hoje faz parte do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados que ainda estão na Casa, acabamos de chegar de Belo Horizonte e achamos que isso não é computado nesse monitoramento. Saímos de lá às 5h e já estamos presentes na sessão de hoje. Fomos conhecer de perto o fantástico trabalho que está sendo desenvolvido pelo governo mineiro, no que diz respeito ao combate e à prevenção das drogas.

Deputado Sargento Amauri Soares, o governador Antônio Anastasia conseguir fazer um eixo interessante na área de segurança. Ele colocou debaixo de um guarda-chuva a secretaria de Defesa Social. Lá estão a Polícia Militar, a Polícia Civil, a secretaria de Assistência Social e a subsecretaria de Combate e Prevenção às Drogas. Todos estão num mesmo ambiente, num espaço fantástico. E fomos acompanhar tudo de perto.

Hoje, a subsecretaria tem um orçamento de R\$ 19 milhões/ano, está trabalhando com mais de 30 comunidades terapêuticas e financiando R\$ 900,00 *per capita* a vaga para internamento nas comunidades terapêuticas. É um modelo como esse que queremos para Santa Catarina, e vamos avançar nessa proposta.

Na segunda-feira haverá uma audiência em Itajaí, e queremos convidar os nossos amigos de Itajaí, os funcionários públicos e aqueles que trabalham na segurança, nas áreas da saúde e da assistência social e as comunidades terapêuticas para, a partir das 19h, participarem da audiência na Câmara de Vereadores de Itajaí.

Finalmente, no dia 29, estaremos aqui na Assembleia Legislativa, às 10h, propugnando um documento final que deveremos entregar ao governador Raimundo Colombo com relação a essa questão do combate e da prevenção às drogas.

Sr. presidente, tenho abordado muitos assuntos aqui, e quem me acompanha sabe disso. Buscamos sempre falar sobre infraestrutura, saúde e educação. Mas, hoje, quero trazer um assunto que diz respeito à pátria brasileira e a um crime que se está cometendo neste país e que, infelizmente, a sociedade ainda não despertou para ele.

Gostaria que a assessoria procedesse à exibição de um documentário de dois minutos, porque depois quero fazer uma rápida reflexão sobre o assunto.

(Procede-se à exibição de um vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campainha) - Deputado, o vídeo está sem áudio e não há como aumentar o volume.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Eu vou continuar o discurso, apenas com as imagens dessa aldeia indígena.

Infelizmente, sr. presidente e srs. deputados, sob pressão da Funai, a Câmara Federal esvaziou um projeto de lei que previa levar ao banco dos réus agentes de saúde da Funai considerados omissos em casos de infanticídio em aldeias brasileiras. São 20 etnias que, infelizmente, sr. presidente e srs. deputados, ainda insistem na prática de enterrar crianças vivas neste país.

Se alguém tem dúvida, pode acessar os blogs que poderão ver várias imagens fortes. Eu tentei selecionar alguma coisa que não fosse tão chocante assim. Mas os bebês são escolhidos para morrer por diversos motivos: deficiência física; se tiver uma mancha na pele, que pode ser sinal de maldição, segundo algumas culturas indígenas; se for gêmeo, porque um nasceria com espírito e o outro não; se for filho de mãe solteira. E é o caso da imagem que vimos há pouco dessa criança de seis anos jogando futebol. Ela foi tirada debaixo da terra. Já tinha sido enterrada, com dois meses. A criança, viva, foi enterrada!

O que está acontecendo? A Funai, infelizmente, está operando para enfraquecer um texto de lei que está tramitando na Câmara Federal, porque diz que esse projeto estaria interferindo na cultura dos indígenas. Ora, não podemos cruzar os braços para essa maldade, para essa crueldade. Diria mais, acho que isso não é cultura, não é tradição, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, é brutalidade demoníaca. Não há outra expressão para ser usada.

Enterrar uma criança viva porque nasceu com uma deficiência física ou mental? Ou porque nasceu com uma mancha na pele? Porque são gêmeos, filhos de mãe solteira etc.? Por isso, registro o meu protesto nesta Casa. Estaremos fazendo uma moção de repúdio à Funai para que esse projeto que hoje tramita da Câmara Federal possa avançar e que venhamos a barrar, dar um basta no infanticídio. São 300 crianças enterradas vivas ou abandonadas na floresta. É uma crueldade que não há vocabulário para traduzir.

Fica aqui o nosso protesto e vamos encaminhar esse repúdio à Funai porque, de fato, é o órgão responsável por tudo que diz respeito às etnias indígenas no Brasil.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, quero agradecer a v.exa. e rapidamente, deputado Ismael dos Santos, entrar em dois assunto.

Em primeiro lugar, gostaria de falar da nossa ida a Brasília na última terça-feira, quando tivemos a oportunidade de acompanhar o anúncio da presidente Dilma Rousseff sobre a questão da ampliação do sistema de ensino superior e tecnológico no Brasil. Tivemos uma notícia não tão boa quanto esperávamos, que foi a expansão do campus da UFSC para Blumenau, quando preferíamos o anúncio da federalização da Furb.

Mas no período da tarde o próprio prefeito de Blumenau, João Paulo Kleinübing, juntamente com os reitores da Universidade Federal de Santa Catarina e da Furb, participaram de uma reunião no MEC, quando também houve a presença de alguns parlamentares, e lá ficou decidida a criação de um grupo técnico para continuar a discussão nesse assunto e estudar de que forma a UFSC vai trabalhar. Inclusive, espero, deputado Ismael dos Santos, que a UFSC encaminhe para o MEC a questão da incorporação

da Furb nesse processo para que possamos, realmente, não ter duas universidades públicas em Blumenau, mas ter apenas uma universidade pública, gratuita, com uma estrutura já bem definida, com professores qualificados, com equipe docente, alunos, laboratórios, enfim, uma estrutura capaz de absorver hoje mais de 20 mil alunos.

Então, a Furb tem essa condição e seria a grande forma. Esperamos, realmente, que nesses próximos 30 dias esse grupo técnico possa buscar esse encaminhamento, essa solução.

Desejo ao prefeito João Paulo Kleinübing, ao reitor da UFSC, ao reitor da Furb, deputado Ismael dos Santos, muito sucesso, porque a comunidade Blumenauense está ansiosa em ter uma notícia positiva com relação a esse assunto.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Jean Kuhlmann, se v.exa. me permite, nós que somos egressos da Furb, quando falamos da Furb falamos também da nossa caminhada, da nossa biografia.

De fato, v.exa. colocou muito bem o assunto. Realmente, a estrutura física está pronta, o corpo docente, a referência em conhecimento que a Furb hoje é para o Brasil, também a possibilidade de abrir de 15 a 20 mil vagas imediatamente, quer dizer, não aproveitar a Furb nesse processo de federalização seria, no mínimo, um desperdício.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Com certeza, deputado Ismael dos Santos, além disso, talvez haja a falta de vontade política de alguns para que isso aconteça, porque a Furb possui todas as condições para que possamos, de uma vez por todas, colocar um ponto final nessa situação. A Furb tem condições de absorver isso.

Estive conversando com os reitores da UFSC, da Furb, também com o prefeito de Blumenau, discutimos esse assunto com o professor Clóvis, responsável pelo movimento Furb Federal, e verificamos que existe essa condição, basta o MEC querer.

Alguns dizem que não há como fazer, porque vai abrir um precedente. Ora, no Brasil existem apenas duas universidades, deputado Ismael dos Santos, com a mesma constituição jurídica que a Furb, uma universidade pública de direito público, uma universidade municipal que faz parte do orçamento do município. Existe uma em São Paulo e a Furb em Santa Catarina.

Então, não é abrir precedente nenhum, mas sim corrigir uma situação que é importante para o crescimento do vale do Itajaí. O vale do Itajaí tem duas prioridades essenciais neste momento: a Furb federal, que ela quer federalizar, a Furb que é importante para todos nós em Itajaí e também a duplicação BR-470. Se a presidente Dilma Rousseff iniciar e concluir esses dois processos no seu mandato, tenho certeza de que ela vai ter feito muito pelo vale do Itajaí. E a minha esperança é de que ela possa realmente fazer isso.

O segundo assunto que eu gostaria de trazer nesta manhã, sr. presidente, envolve a questão da segurança pública, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que é policial militar sabe da importância de cuidados dessa questão.

Estive ontem na secretaria da Segurança Pública, na delegacia-geral da Polícia Civil. Hoje estive durante toda a manhã, até cheguei um pouco tarde na sessão, sr. presidente... Quando cheguei já não estava mais no horário dos partidos e não pude chegar para as votações. Mas justifico a minha chegada tardia porque fiquei na secretária da Segurança Pública

até conseguir falar com o secretário, até conseguir definir, deputado Ismael dos Santos, a delegacia regional de Blumenau.

Ontem, conseguimos falar com o delegado Aldo, que é o delegado-geral de Polícia, que nos garantiu que existem R\$ 800 mil no fundo da Polícia Civil para finalizar as obras da delegacia regional de Blumenau. Garantiu que esse dinheiro está à disposição e não sabia juridicamente, burocraticamente, como seria encaminhada a solução da conclusão do prédio da delegacia.

Então, agendamos essa reunião entre o secretário regional de Blumenau, secretário Cesar Botelho, que tem um papel fundamental junto ao secretário César Grubba. E ficou decidido que a secretaria da Segurança Pública, através da Polícia Civil, descentralizará o recurso para a secretaria regional de Blumenau, que poderá fazer agora, sim, a licitação para buscar a conclusão dessa obra o mais rápido possível.

Por que isso não foi feito antes? Porque se estava aguardando o recurso para poder fazer a licitação. Porque muitas pessoas querem fazer a licitação sem ter dinheiro para pagar. É uma irresponsabilidade, é uma incoerência, deputado Ismael dos Santos. Agora, com recursos garantidos, descentralizados no dia de hoje ainda, a SDR de Blumenau poderá fazer a licitação e poderá fiscalizar a execução da obra, para que a delegacia de Blumenau, que será uma das maiores e mais modernas delegacias de Polícia de Santa Catarina, possa ser concluída e atender bem ao cidadão de Blumenau e toda a região.

Espero que a licitação possa ocorrer com a maior rapidez possível, que o processo não tenha embargos e que possamos até o início do ano que vem inaugurar essa obra tão importante para a região e cidade. E paralelamente a isso, a prefeitura de Blumenau, juntamente com o comando da Polícia Militar, está discutindo a questão da ampliação do sistema de monitoramento de vigilância eletrônica na nossa cidade.

Existe uma proposta inicial da SSP, que é a secretaria da Segurança Pública do estado, de ampliar em 54 câmeras de vigilância o município de Blumenau, passando para 90 ao todo. A ideia é que em vez de fazermos uma ampliação de 54, possamos quem sabe estudar a ampliação de mais 150, chegando aproximadamente a 190, a 180 câmeras de vigilância no município de Blumenau.

Estão sendo discutidas neste momento as melhores posições, as localizações estratégicas, a questão dos pontos das escolas, quais as principais escolas, para justamente fazer o combate à venda de drogas, ao consumo da droga na frente das escolas.

A Polícia Militar com os técnicos da prefeitura está discutindo quais seriam as melhores localizações de onde existe a rede de fibra ótica. E esperamos que hoje à tarde, com a ida do secretário da Segurança Pública para Blumenau, quando ele irá participar do Congresso Catarinense de Vereadores, já se possa ter uma notícia desse projeto, como ele anda, e que o secretário possa dar o seu aval no encaminhamento desse projeto.

O que queremos é que realmente haja ações concretas, não somente a questão do aumento do efetivo, que é muito importante, como também a ampliação do sistema de monitoramento, a melhoria na tecnologia, a questão da conclusão das obras em andamento. Tudo isso faz parte do sistema de segurança pública da região.

Quero, srs. parlamentares, pedir à secretaria da Segurança Pública, quando fizer a ampliação de um sistema de monitoramento de vigilância eletrônica, para não se preocupar apenas com o poste, com a câmera ou com o monitor que

vai acompanhar as questões que serão filmadas, como também com o sistema de inteligência. Que seja colocado quando da ampliação da vigilância um sistema de reconhecimento facial, um sistema de reconhecimento da placa dos veículos, que é extremamente importante! Sem isso não dá para fazer a fiscalização inteligente, apenas gravar e filmar. É capaz de um bandido passar pela câmera, deputados, dar um tchau para ela e o policial nem perceber.

Agora, é importante, sim, um sistema de monitoramento que faça o reconhecimento facial das pessoas, faça o reconhecimento das placas dos veículos, para que possamos ter um sistema inteligente que realmente funcione.

É humanamente impossível colocar um policial, deputado Moacir Sopelsa, na frente de 20 câmeras de vigilância e achar que ele vai conseguir reconhecer todo mundo ou então verificar todos os veículos que passam. Tão importante quanto à câmera, tão importante quanto à central de monitoramento é o sistema inteligente, para que realmente isso funcione e dê resultado para o

cidadão. É isso que nós esperamos e é para isso que estamos lutando.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, o meu discurso ficou prejudicado pelas imagens, mas me parece que a assessoria conseguiu arrumar. Então, é possível que seja concedido, neste momento, um minuto para projetar o final desse filme? Eu agradeceria muito se isso fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Pois não, deputado.

(Procede-se à projeção do filme.)

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, sr. presidente.

Daí o nosso protesto dizendo que isso não é cultura, é uma brutalidade demoníaca.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Tem razão, deputado Ismael dos Santos.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência comunica que, de acordo com o art. 11 do Regimento Interno, é a seguinte matéria destinada à Ordem do Dia da 75ª Sessão Ordinária de 23/08/2001: discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0146/2001, de origem governamental.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em São Bento do Sul, em homenagem aos 60 anos de existência da Buddemeyer.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 037-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Jorge Teixeira para ausentar-se do País, no período de 1º a 13 de setembro do corrente ano, a fim de viajar para a França e Itália, a convite da Câmara Italiana de Comércio e Indústria. PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 23 de agosto de 2011

Deputado GELSON MERISIO - Presidente
Deputado Jailson Lima - 1º Secretário
Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 038-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Aldo Schneider para ausentar-se do País, no período de 1º a 13 de setembro do corrente ano, a fim de integrar a Missão Oficial à Europa 2011.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 23 de agosto de 2011

Deputado GELSON MERISIO - Presidente
Deputado Jailson Lima - 1º Secretário
Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 039-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Jailson Lima para ausentar-se do País, no período de 19 a 28 de agosto do corrente ano, a fim de realizar viagem à China, para dar continuidade aos laços político comerciais, entre o Estado, Brasil e China.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 19 de agosto de 2011

Deputado GELSON MERISIO - Presidente
Deputado Jailson Lima - 1º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 040-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Nilson Gonçalves para ausentar-se do País, no período de 08 a 18 de setembro do corrente ano, para viagem de ordem pessoal aos Estados Unidos da América.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 23 de agosto de 2011

Deputado GELSON MERISIO - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1801ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1801ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves e Sérgio Augusto Machado. Ausente, justificadamente, Dra. Cecília Biesdorf Thiesen. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos Processo nº 1242/11, de Maria de Lourdes Nasário e o Ofício nº 158/2011/GP - 30/05/2011, Interessado: Carlos Antônio Blofeld - Diretor de DRH da ALESC "teto remuneratório constitucional para os servidores ativos e inativos da ALESC". 2) Relatoria do Dr. José Buzzi, Ofício/PGE/UJEPF 02211/2011 - 11/08/2011, Interessada: Andrea Cristina da Silva Ramos - Procuradora do Estado de SC "Providências

Administrativas - Diligência da PGE Mandado de Intimação - Decisão Interlocutória Proferida nos Autos do Procedimento do Juizado Especial Cível/Proc. nº 0700547-04.2011.8.24.0023, Ofício nº 023.2011/003790-6 (servidor Valdir dos Santos)", parecer aprovado por unanimidade. 3) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, Processo nº 1241/11, de Vilma Cardoso, foi relatado pelo Senhor Presidente, aprovado parecer por unanimidade. 4) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, Processo nº 1239/11, de Armando José Müller, aprovado parecer por unanimidade. 5) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1216/11, de Getúlio Dorta de Melo; Processo nº 0749/11, de Maria Inês Catalano e a Comunicação Interna nº 040/2011 - 18/07/2011, Interessada: Katia Sarlet Rezende De Lucia - Coordenadora de Planejamento e Avaliação de Pessoal "questionamento a cerca da possibilidade jurídica de que o servidor comissionado que estiver participando do curso de especialização em Direito Público, através do convênio ALESC/UFES, manter-se no curso com pagamento pelo Poder Legislativo, ainda que exonerado de seu cargo e perda de vínculo com a ALESC". Continuando, o relator retirou de pauta a Consulta - Ofício CL nº 268/2011 - 15/07/2011, de Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Concorrência Técnica e Preço para contratação de empresa de publicidade e propaganda" e o Ofício nº 144/2011 - CT de 18/05/2011, Interessado: Rodrigo Hermes Luz - Coordenador de Transporte da ALESC "solicita o

questionamento a respeito do ressarcimento quanto aos abastecimentos em cidades do interior que não possuem convênio com o sistema de controle de frota GAX". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia vinte e dois (22) de agosto. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 17 de agosto de 2011.

*** X X X ***

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1802ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, às dez horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1802ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Ao iniciar os trabalhos o Senhor Presidente apresentou o parecer exarado na Comunicação Interna nº 094/2011 -12/08/2011, Interessado: Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor-Geral da ALESC "solicitação do Deputado Altair Guidi, na condição de servidor da ALESC, obter informações acompanhadas das fundamentações que aplicou o teto remunerativo, diferentemente do Estado de São Paulo", que teve o parecer aprovado por unanimidade. 1) Relatoria do Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, Comunicação Interna nº 038/2011 -11/08/2011, Interessado: Juarez José Tortato - Coordenador de Atos e Registros Funcionais da ALESC "providências a serem tomadas em obediência à Decisão nº 1967/2011, do Tribunal de Contas do Estado, relativas a aposentadoria por invalidez de Maria Helena Bargelini", parecer aprovado por unanimidade. 2) Relatoria do Dr. José Buzzi, Processo nº 1241/11, Ofício nº 0262/26PJ/CAP - 08/08/2011, Interessado: Aor Steffens Miranda - 26º Promotor de Justiça "cópia da promoção de arquivamento exarada no Inquérito Civil nº 06.2009.001255-2", parecer aprovado por unanimidade. 4) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1289/11, de Zenair Estevam; Processo nº 1290/11, de Diego Rosa Correa e a Consulta - Ofício CL. Nº 308/2011 de 18/08/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações Assunto: "Minuta do edital - Contratação de Gráfica para confeccionar livros (acervo e obras) da ALESC". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia vinte e quatro (24) de agosto. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 22 de agosto de 2011.

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 19ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 09 DE AGOSTO DE 2011.

Às nove horas do dia nove de agosto do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, Maurício Eskudlark, José Nei Alberton Ascarí, Sílvio Dreveck substituindo Joares Ponticelli, Elizeu Mattos e Dirceu Dresch. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação as atas da 18ª e 19ª Reunião Ordinária e a ata da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça que foram aprovadas por unanimidade. Em seguida passou a palavra aos senhores deputados para relatar as matérias em pauta: **O Deputado Maurício Eskudlark** relatou o Projeto de Lei de nº 0265.2/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. **O Deputado Elizeu Mattos** relatou o Projeto de Lei Complementar de nº 0015./2011, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0078.1/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch e o Projeto de Lei Complementar de nº 030.2/2011 exarou parecer pelo apensamento ao Projeto de Lei Complementar de nº 031.1/2011, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado José Nei Alberton Ascarí** relatou o Projeto de Lei Complementar de nº 001.8/2011, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. **O Deputado Dirceu Dresch** relatou

os Projetos de Lei de nºs 0288.9/2011 e 0202.9/2011 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O Deputado Sílvio Dreveck** relatou o Projeto de Resolução de nº 008.9/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei de nº 0284.5/2011 exarou parecer favorável com emenda aditiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0286.7/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o Projeto de Lei de nº 0191.1/2011, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Luiz Eduardo Cherem e o Projeto de nº 0228.8/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Resolução de nº 006.7/2009, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0172.9/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0282.3/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, no qual, eu, Robério de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a presença ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 2011.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 20ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 16 DE AGOSTO DE 2011.

Às nove horas do dia dezesseis de agosto do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, Adilor Guglielmi, José Nei Alberton Ascarí, Joares Ponticelli, Elizeu Mattos, Volnei Morastoni e Dirceu Dresch. Aberto os trabalhos o Presidente iniciou o debate da audiência pública para a discussão do Projeto de Emenda Constitucional nº 0007.5/2011 e o PL nº 236.8/2011, visando autorizar a alienação da participação minoritária na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN. A audiência pública foi encerrada às 12h15min, permanecendo aberta a presente reunião. Às 14h00 o Presidente iniciou os trabalhos. **O Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Resolução de nº 008.9/2011, exarou parecer de voto vista favorável do parecer do Relator **Deputado Joares Ponticelli**, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião às 14h40min, no qual, eu, Robério de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a presença ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 2011.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às dezoito horas do dia oito de junho do ano de dois mil e onze, sob a presidência do senhor Deputado José Milton Scheffer, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da terceira reunião ordinária da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia que contou com a presença da senhora deputada Angela Albino e dos senhores Deputados Jorge Teixeira, Dirceu Dresch e Edison Andrino. O senhor Presidente cumprimentou os presentes e colocou em votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o senhor Presidente fez a leitura do requerimento do senhor Deputado Dirceu Dresch solicitando que convide as entidades que representam o setor comercial, industrial e os trabalhadores em geral para debater em uma próxima reunião da Comissão "Os impactos da guerra fiscal na economia catarinense". Colocado em discussão foi aprovado por unanimidade. Dando sequência a reunião, o senhor Presidente colocou em votação o parecer da deputada Angela Albino do PL./0033.0/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, que "Dispõe sobre a aplicação de multa aos proprietários de cães que causarem lesões as pessoas nas vias públicas". Por problemas técnicos a deputada não pode apresentá-lo, se comprometendo de entregá-lo no dia seguinte. Continuando, o senhor presidente passou a palavra ao

deputado Jorge Teixeira, que relatou, em nome do senhor deputado Dóia Guglielmi, o PL./0062.4/2011, de autoria do deputado Gelson Merísio, que "Obriga os fornecedores de bens e serviços localizados no Estado a fixar data e turno para a entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores e estabeleça outras providências", com emenda modificativa e aditiva de autoria do deputado Darci de Matos. Colocado em discussão o parecer, foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Deputado Dirceu Dresch que falou de uma proposta de fazer o lançamento do "Fórum de Energias Renováveis e Consumo Responsável - SUSTENTAR - 2011", no município de Chapecó, entre o final do mês junho e início de julho. Os deputados presentes se manifestaram a favor da proposição do deputado Dirceu Dresch. Em seguida a senhora deputada Angela Albino parabenizou o presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e os proponentes da audiência pública que debateu "As Políticas Públicas para a Economia Solidária em Santa Catarina". Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião, da qual eu, Ronédy De Bonna Piva, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Deputado José Milton Scheffer
Presidente
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2011

OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECCÃO DO LIVRO DE AÇERVO DE OBRAS DE ARTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

DATA: 01/09/2011 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 01 de setembro de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, 6º andar do Edifício João Cascaes localizado na Avenida Hercílio Luz, nº 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 22 de agosto de 2011.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2559/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 025/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ADESIVOS PARA DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA "ADOÇÃO - LAÇOS DE AMOR".

LOTE ÚNICO

Vencedora: PILOTO PROMOCIONAL LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 6.000,00

Florianópolis, 23 de agosto de 2011

VALTER EUCLIDES DAMASCO
PREGOEIRO
*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 581/11

Ofício nº 033/2011 Saleté - SC, 15 de Agosto de 2011
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Hospital e Maternidade Santa Terezinha**, de Saleté referente ao exercício de 2010.

Milton Gregório Elsing
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 23/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 582/11

Florianópolis, 10 de Agosto de 2011

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Instituto Carl Hoepcke**, referente ao exercício de 2010.

Annita Hoepcke da Silva
Presidente do Instituto Carl Hoepcke

Lido no Expediente
Sessão de 23/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 583/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Fundação Hermann Hering**, de Blumenau, referente ao exercício de 2010.

Carlos Tavares D' Amaral

Lido no Expediente
Sessão de 23/08/11

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2599, de 23 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ARI BONATTI**, matrícula nº 4888, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 22 de agosto de 2011 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2600, de 23 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **AMANDA PONCIANO**, matrícula nº 6471, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-13, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 22 de agosto de 2011 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2601, de 23 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR AMANDA PONCIANO, matrícula nº 6471, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 22 de agosto de 2011 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2602, de 23 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DIVA MARIA DO NASCIMENTO CARLOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-11, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PC do B).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2603, de 23 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ADELAR ANDRADE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jorge Teixeira).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2604, de 23 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Zenair Estevam	5825	3%	3%	18/08/11	1289/2011
Diego Rosa Correia	6779	3%	3%	14/08/11	1290/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2605, de 23 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 027/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	Pregoeiro
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Viana	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
0947	Valter Euclides Damasco	
2543	Juçara Helena Rebeatto	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2606, de 23 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
4344	Sibelli D'Agostini	30	09/08/11	1313/2011
6230	Maria Luiza Nietto	15	10/08/11	1314/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2607, de 23 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1570	Lenir Martins Andrade Luz	30	12/08/11	1315/2011
1232	Maria Regina Garcia Pereira	60	12/08/11	1316/2011
1265	Eder de Quadra Salgado	15	16/08/11	1318/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2608, de 23 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1606	Ana Maria Maia Ramos	45	28/07/11	1311/2011
1363	Miriam Alice de Athayde Furtado Krieger	60	16/08/11	1317/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2609, de 23 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1312/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **RITA DE CASSIA DOS SANTOS**, matrícula nº 1262, por 15 (quinze) dias, a contar de 08 de agosto de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 328/11

Dispõe sobre a aquisição de arroz parboilizado, em caráter preferencial, para a merenda escolar e outros integrantes do mercado institucional.

Art. 1º Os órgãos de licitação de alimentos do Estado de Santa Catarina deverão ser orientados, quando do processo para aquisição de arroz, a optarem pelo subgrupo arroz parboilizado.

§ 1º O disposto no "caput" estende-se aos processos de aquisição de alimentos preparados que levam arroz.

§ 2º No caso de não oferta de parboilizado, poderá ser adquirido o arroz do subgrupo polido, dentro da mesma exigência de tipificação.

§ 3º Poderá também ser adquirido o arroz do subgrupo polido, do mesmo tipo, no caso em que o preço ofertado para o arroz do subgrupo parboilizado for superior.

Art. 2º Os participantes de licitação para a aquisição de arroz do subgrupo parboilizado deverão, além das demais obrigações vigentes, apresentar laudo de avaliação técnica de habilitação do produto, envolvendo processos em insumos, emitidos por órgão, entidade ou empresa, comprovadamente qualificada para tal.

§ Único Os critérios de avaliação técnica citados no "caput" serão definidos por órgãos especializados do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente
Sessão de 23/08/11

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa a aquisição de arroz parboilizado, em caráter preferencial, para a merenda escolar e outros integrantes do mercado institucional.

O arroz, importante cereal que alimenta metade da população do planeta, tem seu reconhecimento internacional pela FAO e OMS.

Rico em vitaminas e sais minerais, pasteurizado sob os pontos de vista microbiológico e enzimático, o arroz parboilizado é consagrado por ter todas as vantagens do polido e do integral.

Aliado a sua facilidade de conservação e preparo, é aconselhável para o mercado institucional, a exemplo de programas de nutrição infantil, terceira idade e hospitais.

Atendendo ao caráter educativo e de saúde da merenda escolar, justifica-se a preferência pelo parboilizado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 329/11

Declara de utilidade pública a Assistência Social e Cultural Boa Semente, de São José.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Assistência Social e Cultural Boa Semente, com sede no município de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas; e

- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 23/08/11

JUSTIFICATIVA

A Associação de Assistência Social e Cultural Boa Semente, com sede no município de São José, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade primordial proporcionar assistência e serviços sociais diversos às pessoas, sem distinção de raça, cor, condição social, credo político ou religioso, inclusive o de instalar e manter estabelecimentos de ensino e cursos profissionalizantes, podendo ainda, a critério da administração, ter outras atividades.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, portanto, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 330/11

Declara de utilidade pública a Associação Itajaiense de Proteção aos Animais.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Itajaiense de Proteção aos Animais - Aipra, com sede no município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas; e

- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões
Deputada Angela Albino

Lido no Expediente

Sessão de 23/08/11

JUSTIFICATIVA

Apresento aos nobres Pares o presente projeto de lei que objetiva declarar de utilidade pública a Associação Itajaiense de Proteção aos Animais, com sede no município de Itajaí.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, que tem por objetivos promover a difusão dos princípios

consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Animal, manter intercâmbios para elaborar, colaborar e participar de atividades destinadas à proteção dos animais e da natureza e difusão de princípios éticos de igualdade entre os seres vivos.

Dentre os trabalhos realizados pela entidade destacam-se os atendimentos de urgência e emergência aos animais que sofrem maus-tratos, campanhas de castração de cães e gatos e de conscientização e educação sobre os direitos dos animais e proteção ambiental.

Neste sentido, para que a entidade possa continuar seu trabalho de extrema relevância social, submeto aos Senhores Deputados esta proposta para que seja declarada de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 331/11

Declara de utilidade pública o Grupo Africatarina de Arte e Arte Educação.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Africatarina de Arte e Arte Educação, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas; e

- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões
Deputada Angela Albino

Lido no Expediente

Sessão de 23/08/11

JUSTIFICATIVA

Apresento aos nobres Pares o presente projeto de lei que objetiva declarar de utilidade pública o Grupo Africatarina de Arte e Arte Educação, com sede no município de Florianópolis.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, que tem por finalidade prestar apoio e orientação ao processo de promoção das manifestações da cultura popular brasileira, especialmente aquelas surgidas no contexto das comunidades menos favorecidas, com enfoque na cultura afrobrasileira, numa perspectiva multicultural.

Dentre os trabalhos realizados pela entidade destacam-se o Projeto Africatarina de percussão que oferece curso permanente e gratuito de percussão a crianças e adolescentes das comunidades do Sul da Ilha de Santa Catarina.

Neste sentido, para que a entidade possa continuar seu trabalho de extrema relevância social, submeto aos Senhores Deputados esta proposta para que seja declarada de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 332/11

Declara de utilidade pública o Núcleo de Apoio à Vida de Itajaí

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Núcleo de Apoio à Vida de Itajaí - Navi, com sede no município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas; e

- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões
Deputada Angela Albino

Lido no Expediente

Sessão de 23/08/11

JUSTIFICATIVA

Apresento aos nobres Pares o presente projeto de lei que objetiva declarar de utilidade pública o Núcleo de Apoio à Vida de Itajaí - Navi, com sede no município de Itajaí.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, que tem como missão a valorização da vida, trabalhada com uma visão de construção de uma sociedade mais compreensiva, fraterna e solidária.

Dentre os trabalhos realizados pela entidade destaque para o Programa CVV (Centro de Valorização da Vida), que atende a uma média de 1.100 pessoas por mês, bem como o oferecimento de palestras motivacionais à comunidade.

Neste sentido, para que a entidade possa continuar seu trabalho de extrema relevância social, submeto aos Senhores Deputados esta proposta para que seja declarada de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 333/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 221

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado Fazenda, o projeto de lei que "Dispõe sobre a regularização de operações de crédito celebradas pelo Estado de Santa Catarina com as Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) e com a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) e adota outras providências".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei complementar nessa augusta Casa Legislativa.

Palácio Santa Catarina, 23 de agosto de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 23/08/11

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEF

GABINETE DO SECRETÁRIO

Florianópolis, 18 de agosto de 2011.

Ao

Excelentíssimo Senhor

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SEF Nº 254/2011.

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de Projeto de Lei que visa a regularizar perante a Secretaria do Tesouro Nacional - STN passivos contraídos pelo Estado anteriormente a edição da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), conforme a seguir exposto:

1. O Estado está pleiteando novas Operações de Crédito para ampliar o volume de investimentos, sendo que a contratação dessas operações pressupõe a aprovação prévia da Secretaria do Tesouro Nacional - STN;
2. Atualmente está em análise na STN a proposta de operação de crédito com o BNDES, no montante de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para atender o Sistema de Transporte de Joinville;
3. A STN, amparada em parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e para atender as regras da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), recomendou a "Regularização" dos passivos contraídos pelo Estado com a CODESC e com a CELESC, a seguir detalhadas:

a. CODESC - Dívidas decorrentes dos Contratos de Mútuos nºs 018/97, 020/98 e 028/98, no montante de R\$ 39.533.028,00, consolidados no Contrato de Mútuo 001/2005, cópia em anexo, que atualmente importa em R\$ 4.658.213,95;

b. CELESC - Dívida decorrente do Protocolo de Intenções ECP 03/88, firmado em 22 de abril de 1988. Em que pese o passivo ser decorrente de operações financeiras realizadas nos anos de 1985 e 1986, somente em 31/01/2011 foi firmado entre o Estado/SEF e a CELESC o Termo de Extinção de Débito, no valor de R\$ 36.701.743,23 (trinta e seis milhões, setecentos e um mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos), embasado pela auditoria realizada para a aferição do débito e o seu montante, conforme processo PSEF 97521/043. O saldo contábil do débito em 31/05/2011 importava em R\$ 9.033.746,64.

4. Cabe frisar que a regularização não importa em aumento da dívida do Estado, mas tão somente a regularização desses passivos perante a Secretaria do Tesouro Nacional, para liberar o Estado de pendências perante o Governo Federal.

5. São essas Senhor Governador as razões que me levam a submeter o anexo projeto de lei, considerando os benefícios que tal propositura poderá acarretar para o Estado de Santa Catarina.

Respeitosamente,

Almir José Gorges

Secretário de Estado da Fazenda, e.e.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONTRATO DE MUTUO ESTADO/CODESC - SE.F Nº 018/97

Contrato de mútuo entre a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC e o Estado de Santa Catarina.

As partes signatárias, de um lado a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC, sociedade anônima de economia mista, pessoa jurídica de direito privado, na qualidade de MUTUANTE, com sede e foro nesta cidade de rua Saldanha Marinho nº 60, inscrita no CGC/MF sob o nº 83.262.535/0001-68, doravante denominada simplesmente CODESC, neste ato representada pelo seu Presidente Executivo, senhor HEITOR FRANCISCO DO LIVRAMENTO STEINER, e pelo seu Diretor de Planejamento, senhor GENÉSIO CLÁUDIO SUENE, brasileiros, casados, aposentados, residentes e domiciliados na cidade de Florianópolis, e de outro lado o Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, na qualidade de MUTUÁRIO, doravante denominado simplesmente ESTADO, através da Secretaria de Estado da Fazenda, representada neste ato pelo seu Secretário de Estado, senhor NELSON WEDEKIN, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade de Florianópolis, na presença das testemunhas adiante nomeadas, resolvem celebrar este contrato de mútuo em dinheiro que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

O objeto do presente contrato é o mútuo em dinheiro da importância de R\$ 22.069713,03 (vinte e dois milhões, sessenta e nove mil, setecentos e treze reais e três centavos), equivalentes nesta data a 24.231.129,80 (vinte e quatro milhões, duzentas e trinta e uma mil, cento e vinte e nove, vírgula oitenta) Unidades Fiscais de Referência - UFIR, que a CODESC faz ao ESTADO, decorrente da venda de ações do Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESC de propriedade da CODESC

Parágrafo único. Fica o ESTADO autorizado a receber diretamente da BESC S/A - Corretora de Títulos, Valores e Câmbio - BESCAM, os valores correspondentes ao mútuo de que trata esta cláusula, encaminhando-se à CODESC a documentação relacionada com a venda das ações e a transferência da referida importância.

PARECER COJUR nº 251/2011 Florianópolis, 18 de agosto de 2011.

Origem: Gabinete do Secretário

Ref.: Exposição de Motivos n. 254/2011

Assunto: Projeto de Lei que dispõe sobre a regularização de instrumentos firmados pelo Poder Executivo com o Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC e a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC, e dá outras providências.

1. O Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda encaminha exposição de motivos e projeto de lei "que dispõe sobre a regularização de instrumentos firmados pelo Poder Executivo com a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC e a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC, e dá outras providências".

2. A regularização proposta é prevista no 'Operações de Crédito de Estados e Municípios - Manual para Instrução de Pleitos', da Secretaria do Tesouro Nacional, mais conhecido como MIP.

3. Conforme dito na exposição de motivos encaminhada, o Contrato de Mútuo Estado/CODESC nº 001/2005, e o Termo de Extinção de Débito firmado em 31 de janeiro de 2011 com a CELESC, não observaram os procedimentos previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal n. 101/2000), que trata das operações de crédito.

4. Para fins de realização de operação de crédito, o citado art. 32, em seu §1º, inciso 1, exige a "existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica".

4. Portanto, o projeto de lei que ora é encaminhado é um dos passos necessários para regularização das operações, conforme instrução constante do MIP.

5. No mais, analisando-se a minuta apresentada, sob o aspecto formal, observa-se que a mesma está em consonância com o que preceitua a Lei Complementar Federal n. 95/1998 e a Lei Complementar Estadual n. 208/2001.

6. Os valores previstos na minuta são aqueles fornecidos pela "Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública", órgão competente para atestá-los.

7. Assim sendo, a proposta não apresenta contrariedade ao interesse público, e encontra-se apta a ser encaminhada Secretaria de Estado da Casa Civil para os demais encaminhamentos.

José Gaspar Rubick

OAB/SC 18.161

PROJETO DE LEI Nº 333/2011

Dispõe sobre a regularização de operações de crédito celebradas pelo Estado de Santa Catarina com as Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) e com a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para efeito de regularização das operações de crédito, perante a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), celebradas pelo Estado de Santa Catarina em data anterior à promulgação da Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000, ficam ratificadas e reconhecidas como válidas as seguintes operações de crédito:

I - Contratos de Mútuos nºs 018/97, 020/98 e 028/98, firmados com a CODESC nos valores de R\$ 22.069.713,03 (vinte e dois milhões, sessenta e nove mil, setecentos e treze reais e três centavos), R\$ 6.827.695,85 (seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, seiscentos e noventa e cinco reais e cinco centavos) e R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), respectivamente, repactuados por meio do contrato de mútuo Estado/CODESC - SEF nº 001/2005, em conformidade com o processo administrativo SEF nº 86573/055, pelo valor de R\$ 39.533.028,00 (trinta e nove milhões, quinhentos e trinta e sete mil e oito reais), com saldo devedor constante do balancete contábil em 31 de julho de 2011 no total de R\$ 4.841.930,18 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta reais e dezoito centavos); e

II - Protocolo de Intenções ECP 03/88 com a CELESC, realizado em 22 de abril de 1988, detalhado no processo administrativo SEF nº 97521/043 e que se constituiu, em 31 de janeiro de 2011, na dívida atualizada de R\$ 36.701.743,23 (trinta e seis milhões, setecentos e um mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos), quitada por intermédio do termo de acordo de extinção firmado entre Estado e CELESC e que resultou no saldo devedor remanescente de R\$ 9.033.746,64 (nove milhões, trinta e três mil, setecentos e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

Parágrafo único. Consideram-se válidos todos os atos praticados e os pagamentos efetuados pelo Estado de Santa Catarina até a presente data nos contratos celebrados.

Art. 2º Fica autorizada por meio desta Lei a confissão das dívidas referidas no artigo anterior, bem como o parcelamento, a forma de correção e os abatimentos dos débitos até sua total liquidação.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações consignadas para os encargos gerais do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 146/2011**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Tijucas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Tijucas o imóvel com área de 945,00 m² (novecentos e quarenta e cinco metros quadrados), com benfeitoria, matriculado sob o nº 29.451 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas e cadastrado sob o nº 02711 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade o desenvolvimento de projetos na área social por parte do Município de Tijucas.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Brusque.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 160/2011

Autoriza a doação de imóvel no Município de Mondai.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Mondai o imóvel com área de 900,00 m² (novecentos metros quadrados), com benfeitorias, registrado sob o nº 12.459 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mondai e cadastrado sob o nº 3907 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a construção de um posto de saúde.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Palmitos.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 174/2011

Altera a Lei nº 15.449, de 2011, que institui a Semana Estadual de Incentivo e de Valorização dos Doadores de Sangue e de Medula Óssea.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O Parágrafo único do art. 1º da Lei nº 15.449, de 17 de janeiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ”

Parágrafo único. A Semana Estadual de Incentivo e de Valorização dos Doadores de Sangue e de Medula Óssea será comemorada, anualmente, na última semana do mês de junho.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL DO PROJETO DE LEI Nº

PL0214.2/2011

O Projeto de Lei nº PL/0214.2/2011 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº PL/0214.2/2011

Autoriza a aquisição de imóvel no município de São Carlos.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de São Carlos, o imóvel com área de 2.508,64 m² (dois mil, quinhentos e oito metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), sem benfeitoria, matriculado sob o nº 12.331 no Registro de Imóveis da Comarca de São Carlos.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade viabilizar a construção do Pelotão da Polícia Militar de São

Carlos, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.633, de 04 de abril de 2011.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Palmitos.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em 28 de julho de 2011

Deputado Sargento Amauri Soares

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 17/08/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 214/2011

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de São Carlos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de São Carlos, o imóvel com área de 2.508,64 m² (dois mil, quinhentos e oito metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), sem benfeitoria, matriculado sob o nº 12.331 no Registro de Imóveis da Comarca de São Carlos.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade viabilizar a construção do Pelotão da Polícia Militar de São Carlos, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.633, de 04 de abril de 2011.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Palmitos.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0004.0/2011

O Projeto de Lei Complementar nº PLC/0004.0/2011 passa a ter a seguinte redação:

" PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0004.0/2011

Revoga o § 2º do art. 31 da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Jurídicos das Autarquias e Fundações e adota outras providências.

Art. 1º Fica revogado o § 2º do art. 31 da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Jurídicos das Autarquias e Fundações e adota outras providências.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação"

Sala da Comissão, em
Deputado José Nei Ascari
Relator

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 23/08/11

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 23/08/11

SUBEMENDA MODIFICATIVA À SUBEMENDA MODIFICATIVA À EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0004.0/2011 (fl.92)

O art. 2º da Subemenda Modificativa à Emenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei Complementar nº 0004.0/2011 (fl. 92) passa a tramitar com a seguinte redação:

"Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 11 de janeiro de 2010, respeitando o disposto no art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal."

Sala da Comissão, em
Deputado Dado Chereim

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 23/08/11

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 23/08/11

JUSTIFICATIVA

A presente Subemenda Modificativa à Subemenda Modificativa à Emenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei Complementar nº 0004.0/2011 (fl. 92, apresentada pela Bancada do PT), tem o condão de preservar o princípio da segurança jurídica consagrado na Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXVI, que prevê: "A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada."

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 004/2011

Revoga o § 2º do art. 31 da Lei Complementar nº 485, de 2010, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Jurídicos das Autarquias e Fundações e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica revogado o § 2º do art. 31 da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Jurídicos das Autarquias e Fundações e adota outras providências.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 11 de janeiro de 2010, respeitado o disposto no art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 008/11

Altera o art. 1º da Resolução nº 008, de 2009, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, fica redefinido para R\$ 361,26 (trezentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos), observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 002, de 24 de fevereiro de 2011." (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa, observados o relatório de gestão fiscal, o limite prudencial e as vedações do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2011.

Art. 4º Fica revogada a Resolução nº 003, de 06 de abril de

2011.

SALA DAS COMISSÕES, Florianópolis, 18 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***